Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	16
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	17
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	36
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	41
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	45
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	51

5.1 - Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos, bem como controlar ou mitigar riscos operacionais, estratégicos e regulatórios, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos.

Esta Política de Gerenciamento de Riscos foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 01 de junho de 2011, e atualizada em 1º de junho de 2021, devidamente submetida a apreciação do Conselho de Administracao. Sua aplicação é monitorada pelos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos da Companhia, que sequem o modelo de "Três Linhas de Defesa".

A primeira, segunda e terceira linha de defesa são caracterizados respectivamente pelas funções que gerenciam, supervisionam e fornecem avaliações independentes.

A Companhia reconhece que a Gestão de Riscos é parte integrante e fundamental de suas atividades organizacionais, contribuindo para a evolução estruturada e sustentável de seus resultados financeiros e rentabilidade, consolidando sua imagem de empresa sólida, eficiente e socialmente responsável. A estrutura de gestão de riscos é integrada à governança e a todas as atividades da organização, incluindo a tomada de decisão. A gestão de riscos leva em consideração quaisquer limitações e incertezas associadas aos processos, interesses, objetivos estratégicos e ambiente da Companhia, que são baseadas em informações históricas e atuais, assim como em expectativas futuras.

A metodologia de avaliação interna de riscos deve ser aplicada periodicamente e sempre que houver alteração significativa da estrutura organizacional e/ou de negócios.

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta, Política de Doações, Política de Trading, Política de Tesouraria, Política de Transações com Partes Relacionadas, Política de Integridade, e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: https://ri.raizen.com.br/.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Nossa Política aprovada pelo Conselho de Administração foi estabelecida com base nas orientações da metodologia do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, e tem o objetivo de ser um mecanismo para auxiliar na identificação, avaliação, previsão e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está sujeita, além de conduzir o apetite ao risco nas decisões e ações tomadas para: (a) cumprimento dos objetivos estratégicos e de negócios da Companhia, (b) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; (c) garantir conformidade às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios; (d) melhorar o reporte das informações ao mercado; (e) garantir confiabilidade dos dados para a tomada de decisão e planejamento; (f) aprimorar a Governança Corporativa da Companhia; (g) obter mais eficácia e eficiência operacional; e (h) proteger os ativos da empresa.

Com base nesse processo, a Companhia estabelece e mantém atualizada sua matriz de riscos do negócio, a qual é monitorada em todos os níveis da Companhia e em vários estágios dentro dos processos corporativos e pela alta administração. O exercício é aprovado anualmente pelo Comitê de Auditoria (que assessora o Conselho de Administração).

(i) os riscos para os quais se busca proteção

- Riscos Estratégicos: estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização. São causados por mudanças no ambiente externo.
- Riscos Operacionais: estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.
- Riscos Financeiros e/ou de Mercado: são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:
 - <u>Preço</u>: decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados. Para mitigar esse risco, a Companhia monitora permanentemente o mercado, buscando antecipar-se a movimentos de preços.
 - <u>Câmbio</u>: associado à volatilidade do mercado e pode afetar a Companhia quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira. A Companhia utiliza operações de derivativos para gerenciar os riscos de fluxo de caixa denominados em dólares norte-americanos, líquido dos demais fluxos do caixa e equivalentes de caixa.
 - Juros: também associado à volatilidade do mercado. A Companhia pode, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as despesas financeiras da Companhia.
 - <u>Crédito</u>: associado às contrapartes da Companhia que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa, é mitigado através da distribuição conservadora dos fundos de investimentos e CDBs, que compõe a rubrica. A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais e internacionais considerados, na sua maioria, como Grau de Investimento pelas agências internacionais de *rating*
 - Liquidez: Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, discutindo riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, investimentos e necessidades de refinanciamento.
- Riscos Legais e de Conformidade (Compliance): são aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade etc.

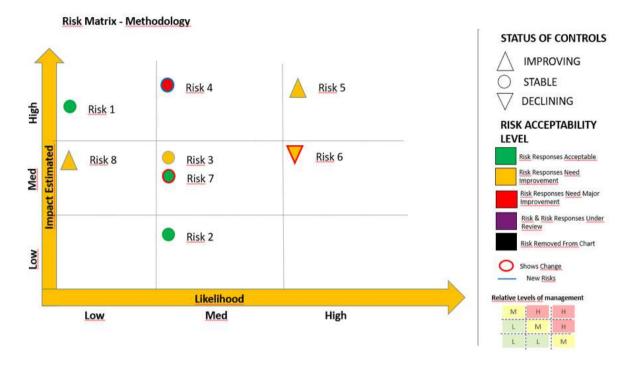
Riscos da Informação: são aqueles que consistem na perda, uso indevido, acesso ou divulgação não autorizada de informações ou dados pessoais de partes interessadas, internas ou externas, podendo ameaçar os negócios ou prejudicar a imagem da Companhia

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

O modelo de gerenciamento de Riscos adotado pela Companhia contempla 3 linhas de defesa e conta com um processo estruturado de identificação dos riscos, de acompanhamento da sua evolução e de monitoração dos principais eventos que afetam a Companhia.

Além de identifica-los, os riscos são mensurados quanto ao seu impacto (valor) e sua probabilidade de ocorrência, bem como identifica-se o nível de aceitabilidade do risco residual.

Com base no processo citado acima, é realizada a priorização e definição do Limite (ou apetite) de cada Risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os Riscos de acordo com a matriz de priorização de riscos, conforme abaixo:



Os riscos são gerenciados em 3 categorias: Alto, Médio e Baixo. A saber:

- Os quadrantes relacionados como "Alto" possuem maior criticidade no valor do negócio, demandam priorização e acompanhamento, além de planos de ações prioritários para eliminar ou reduzir sua severidade e/ou frequência.
- Os quadrantes relacionados como "Médio" possuem criticidade moderada no valor dos negócios, demandam monitoramento regular para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência.
- Os quadrantes relacionados como "Baixo" possuem menor criticidade no valor do negócios, demandam foco para definir níveis aceitáveis de perda por eventos e ações que evitem que o nível de impacto aumente ao longo do tempo.

As seguintes ações podem ser executadas para gerenciar os riscos:

- (i) Aceite e controle (Aceitar o risco e colocar em prática os controles apropriados (preventivos e de detecção) para gerenciar o risco e maximizar o valor);
- (ii) Transferência e / ou compartilhamento de riscos;
- (iii) Encerrar ou renunciar uma atividade para evitar um risco.

A comunicação e consciência contínua de quais riscos são significativos são elementos importantes para que decisões sejam tomadas, definição de como os riscos serão gerenciados, e as oportunidades envolvidas.

O Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva devem revisar os riscos que impactam os objetivos da Companhia.

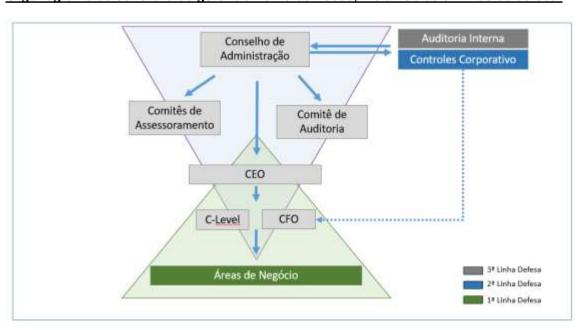
(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos, não acumulando suas funções com atividades operacionais.

No âmbito do gerenciamento de riscos da Companhia, destaca-se a atuação do Comitê de Auditoria, que possui as seguintes responsabilidades: (i) avaliar periodicamente os trabalhos dos auditores internos; e garantir a independência de seus trabalhos; (ii) propor ao Conselho de Administração melhorias nos controles internos da Companhia, em decorrência da identificação de eventuais deficiências comunicadas ao Comitê, incluindo reportes das áreas de controles corporativos e auditoria, bem como, auditores externos; (iii) recomendar a nomeação dos auditores externos, bem como, aprovar a sua contratação e remuneração e monitorar a independência dos seus trabalhos, e implementar política de contratação dos auditores externos; (iv) monitorar a integridade das Demonstrações Financeiras da Companhia antes de sua apresentação ao Conselho de Administração; (v) monitorar as denúncias reportadas no Canal de Ética e as tratativas dadas pelo Comitê de Ética; e (vi) monitorar as ações de melhorias de processos oriundas dos incidentes de controles reportados pela companhia.

Adicionalmente, a área de Auditoria Interna e Controles corporativos da Companhia, reporta suas atividades ao Conselho de Administração, por meio do comitê de auditoria, tem a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em gestão de riscos; (iii) realizar follow up de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna e dos trabalhos de controles internos; (iv) atuar como mentores de controles; (v) criação e aprimoramento das metodologias dos instrumentos e ferramentas de controles internos e governança (vi) avaliar a adequação de controles à Lei Sarbanes- Oxley; (vii) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (viii) disseminar a cultura de controles corporativos; (ix) garantir correta segregação de funções nos principais sistemas e processos da Companhia; (x) Gestão Integrada de Riscos, através da identificação, mensuração e mapeamento de planos de ação para redução, eliminação ou transferência dos riscos que podem afetar os objetivos de negócio; (xi) promover identificação de melhorias de processos para os incidentes de controles reportados; (xii) promover avaliação anual dos controles chaves de performance; (xiii) garantir que anualmente, os planos de continuidade dos negócios sejam revisados e testados de acordo com a metodologia da Companhia; (xiv) reportar tempestivamente à administração, Comitê de Auditoria os resultados dos trabalhos oriundos da gestão de riscos, auditoria interna e controles corporativos.

Organograma da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo as 3 linhas de defesa:



(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Entendemos que a estrutura operacional das áreas de auditoria interna, gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como seu orçamento de capital são adequados para assegurar a efetividade da Política de Gestão de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para mantê-los adequados e atualizados.

5.2 - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui, formalizadas, uma política de gerenciamento de riscos, uma política de tesouraria e uma política de crédito, todas aprovadas pelo Conselho de Administração em 1º de junho de 2011.

A Diretoria Executiva da Companhia tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o gerenciamento de riscos através de reportes realizados pela Diretoria.

As políticas de gerenciamento de risco de mercado, em conjunto com a política mencionada no item 5.1, são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A administração da Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

As políticas de tesouraria e *trading* definem um direcionamento para gerenciamento de riscos. Para monitoramento das atividades e garantia do cumprimento das políticas, a Companhia possui os seguintes principais comitês: (i) Comitê de Riscos, composto por executivos sênior da empresa e que se reúne semanalmente para analisar o comportamento do mercado de câmbio e deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das exportações e de importações, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças na taxa de câmbio e preços das commodities; e (ii) Comitê de Açúcar e Etanol, que se reúne mensalmente visando avaliação dos riscos ligados a comercialização de etanol e derivados e adequação aos limites definidos nas políticas de riscos.

Esse conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, devendo sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Consideramos o risco de mercado como uma perda potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas de mercado e preços. A Companhia está exposta a riscos de mercado, sendo os principais: (i) a volatilidade dos preços de açúcar, etanol, energia e derivados de petróleo; (ii) a volatilidade da taxa de câmbio; (iii) a volatilidade na taxa de juros; (iv) riscos de crédito; e (v) riscos de liquidez. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Risco de Taxa de Juros

O Grupo Raízen monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas pós-fixadas. Com o objetivo de minimizar estes riscos, utiliza-se de instrumentos derivativos.

Majoritariamente sua dívida é atrelada ao CDI, ao IPCA, em consequência de CRAs (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), e à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), essa última em contratos de financiamento obtidos junto ao BNDES. O risco referente ao CDI é parcialmente mitigado pela exposição a essa taxa de juros em aplicações financeiras da Companhia e o IPCA. Além disso, a Companhia possui dívidas atreladas a dólar que foram emitidas a uma taxa de juros flutuante e posteriormente "swapadas" para reais e CDI.

Finalidade	Vencimento final	Indexador		edia anual e juros (1)		Total
				Em 31	de março de	
			2021	2020	2021	2020
Classificação das dívidas por moeda:						
Denominadas em Reais					9.256.232	9.624.179
Denominadas em Dólares norte-americanos (US\$) e	Euro (€)			_	15.245.867	15.736.428
					24.502.099	25.360.607
Madalidada da disidaa (O).				=	24.302.033	25.500.007
Modalidade das dívidas (2): BNDES	Março/24	URTJLP	5,23%	6,25%	4.139	10.536
BNDES	Dezembro/30	Pré-fixado	3,61%	3,59%	272.276	384.006
BNDES	Abril/24	UMBND	5,07%	6,67%	29.298	37.684
BNDES	Dezembro/38	IPCA	•		145.968	128.956
PPEs ("Pré-pagamento à Exportação")	Outubro/25	Dólar (US\$) + <i>Libor</i>	9,37% 1,51%	7,36% 2,93%	8.415.018	8.723.426
	Outubro/25	Dólar (US\$) + Pré-	1,31%		0.413.010	
PPEs	-	fixado	-	3,74%	-	1.051.686
Term Loan Agreement	Abril/24	Dólar (US\$) + Libor	1,24%	2,95%	1.150.629	1.051.523
Debêntures	Junho/30	IPCA + juros	8,88%	7,06%	1.135.949	1.115.357
Adiantamento de contrato de câmbio ("ACC")		Dólar (US\$) + Pré-	-,	•		000 400
Adiantamento de contrato de câmbio ("ACC")	-	fixado	-	1,71%	-	880.423
Capital de giro	-	CDI	-	4,41%	-	33.458
Capital de giro	-	FED	-	0,83%	-	16.645
Senior Notes Due 2027	Janeiro/27	Dólar (US\$)	5,30%	5,30%	4.543.144	2.965.837
Resolução 2471 (PESA)	Abril/23	IGP-M	18,06%	7,53%	30.708	328.965
Resolução 2471 (PESA)	Outubro/25	Pré-fixado	3,00%	3,00%	38	46
Notas de crédito	-	CDI	-	3,91%	-	84.941
Finame/Leasing	Janeiro/25	Pré-fixado	6,62%	6,64%	41.130	57.571
Finame/Leasing	-	URTJLP	-	8,29%	-	45
Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")	Julho/29	CDI	1,86%	3,57%	2.926.191	2.947.187
CRA	Junho/30	IPCA	9,79%	7,33%	3.607.866	2.389.708
Financiadora de Estudos e Projetos ("Finep")	Novembro/22	Dólar (US\$) + Pré-	5,00%	5,00%	55.174	88.278
i mandiadora de Estados e i rojetos (i mep)	NOVEITIBIO/22	fixado	3,0070	3,0070	33.174	00.270
Loan 4131	-	Dólar (US\$) + Pré- fixado		4,34%	-	54.778
Schuldschein	Outubro/21	Euro (€) + Pré-fixado	2,88%	2,88%	447.457	382.920
Schuldschein	Setembro/22	Euribor	1,63%	1,79%	689.619	609.190
Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F")	Novembro/29	CDI	3,03%	4,35%	1.007.495	2.017.441
Ocadia de produto rurar infanceiro (Or IX-1)	14076111010/23	ODI	3,0370	4,5570		
				=	24.502.099	25.360.607
Despesas com colocação de títulos:						
CRA					(35.366)	(15.590)
CPR-F					(11.141)	(12.426)
Senior Notes Due 2027					(4.560)	(2.074)
Debêntures					(4.670)	(180)
Outros					(1.889)	(2.967)
				-	(57.626)	(33.237)
				=	(0020)	(55.251)
					24.444.473	25.327.370
				_	-	
Circulante				=	(2.222.350)	(5.334.083)
Não circulante					22.222.123	19.993.287
Nao circulante				_	22.222.123	19.993.287

Além disso, o Grupo Raízen utiliza-se, quando necessário, dos instrumentos derivativos com o objetivo de gerenciar e mitigar os riscos vinculados à flutuação das taxas de juros. No quadro abaixo demonstramos as posições dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para cobertura de risco de taxa de juros:

Risco de taxa de juros: Derivativos de juros em aberto em 31 de março de 2021

Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US\$ mil)	Nocional (R\$ mil)	Valor justo (R\$ mil)
Swap de juros	Comprado	отс	Swap de juros	dez/21 a jun/30	(707.692)	(4.031.929)	365.288
Subtotal de swap de juros				(707.692)	(4.031.929)	365.288	
Exposição líquida dos derivativos de juros em março/2021			(707.692)	(4.031.929)	365.288		
Exposição líquida dos derivativos de juros em março/2020				(589.288)	(3.063.533)	194.958	

Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia é feita para postos combustíveis e, na sequência, clientes B2B.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A administração da Companhia considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários em instituições financeiras nacionais e estrangeiras são determinados por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia opera derivativos de mercadorias nos mercados futuros e de opções das bolsas de mercadorias de Nova Iorque – NYBOT e de Londres – LIFFE, assim como no mercado de balcão com contrapartes selecionadas. A Companhia opera derivativos de taxa de câmbio, de juros e de commodities e contratos de balcão registrados na B3 com diversos bancos.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia faz o gerenciamento do risco cambial de suas exposições geradas pelo endividamento em dólares, sendo possível estar com hedge entre 70% e 100% da exposição. O Bond perpétuo pode ter 100% do principal exposto ao câmbio uma vez que não tem data de vencimento. Para o gerenciamento da exposição aos juros a Companhia pode manter até 100% de sua dívidas pósfixadas, e trabalhar com dívidas pré-fixadas quando aprovado pela administração.

Conforme política da Companhia, o gerenciamento de riscos financeiros tem como objetivo garantir que a tesouraria seja capaz de reduzir as exposições em moeda estrangeira e de taxa de juros. As operações de hedge são utilizadas tão somente para reduzir exposições e é proibido utilizá-las para fins especulativos.

Em algumas situações, equilibrar o saldo líquido entre ativos e passivos que não estejam em nossa moeda funcional é a melhor alternativa. Para os outros casos em que seja necessário contratar uma operação de hedge, seu custo é calculado antes de qualquer tomada de decisão. Para as dívidas de curto prazo, a Companhia tem a liberdade de decidir entre juros pré-fixados ou pós-fixados. Para as dívidas de longo prazo, a decisão é tomada em conjunto com o Conselho de Administração da Companhia.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

i. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Conselho Fiscal e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de mercado de acordo com as suas funções, conforme descrito no item 12 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, para monitoramento das atividades e asseguração do cumprimento das políticas, o Grupo possui os seguintes principais comitês: (i) Comitê de riscos que se reúne semanalmente para analisar o comportamento dos mercados de *commodities* (açúcar e derivados de petróleo) e de câmbio com o objetivo de deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das exportações ou importações de produtos, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças nos preços das *commodities* e na taxa de câmbio; e (ii) Comitê de etanol e derivados que se reúne mensalmente visando avaliação dos riscos ligados a comercialização do etanol e derivados e adequação aos limites definidos nas políticas de risco.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia utiliza as boas práticas requeridas pela Lei "Sarbanes-Oxley Act" de 2002, isso se reflete em diversos controles de acompanhamento mensais, trimestrais e anuais envolvendo a exposição a risco de crédito/contraparte e exposição a riscos de mercado. Além disso, a auditoria interna periodicamente efetua análises extras para verificação da efetividade das políticas. A auditoria interna possui em seu plano de trabalho escopo para revisão dos controles internos relacionados às operações de instrumentos financeiros.

A Companhia designa formalmente suas operações sujeitas a hedge accounting com objetivo de proteção de fluxo de caixa. Os hedges são designados para proteção do preço de commodities e exposição cambial, principalmente relacionado ao açúcar e etanol, conforme aplicável, custo de importação de derivados e dívidas em moeda estrangeira, documentando: (i) a relação do hedge, (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em adotar o hedge, (iii) a identificação do instrumento financeiro, (iv) o objeto ou transação coberta, (v) a natureza do risco a ser coberto, (vi) a descrição da relação de cobertura, (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do hedge.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos devidamente divulgados aos seus funcionários, além de uma estrutura organizacional de gestão de riscos, auditoria interna e controles corporativos que, dentre outras atribuições, é responsável pelas diretrizes e avaliação da eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras de acordo com o *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO").

Os controles internos de divulgação das informações financeiras da Companhia são elaborados para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas e princípios contábeis. Deficiências de controles, quando identificadas, são tratadas através de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas, e monitorados através de sistema informatizado e reportes periódicos à alta administração da Companhia.

A Companhia também avalia periodicamente os principais controles chave de performance de cada processo, não se limitando aos controles sobre Demonstrações Financeiras.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referentes ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras correspondentes ao período encerrado em 31 de março de 2021, comparativamente ao exercício encerrado em 31 de março de 2020, e, com base nesta avaliação, concluiu que os controles são eficazes.

b. as estruturas organizacionais envolvidas;

O Conselho de Administração da Companhia é o principal órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras, contando com a assessoria: (i) do Comitê de Auditoria para supervisionar a qualidade e integridade dos trabalhos dos auditores independentes, a aderência da Companhia às normas legais, estatutárias e regulatórias, e acompanhar periodicamente os riscos operacionais, financeiros e reputacionais, (ii) do Comitê de Finanças, responsável, dentre outras funções, por supervisionar e revisar os resultados da Companhia e a qualidade dos relatórios financeiros.

A execução dos controles internos e demais mecanismos de proteção é de responsabilidade das áreas de negócios (1ª linha de defesa), observando as diretrizes da Companhia.

Existe um Comitê de Governança para cada negócio, formado pelo Vice-presidente do negócio, seus subordinados diretos, e diretoria de controles corporativos, os quais têm como função endereçar os temas relacionados a melhorias de processos e controles internos e reportam suas atividades ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria.

A Auditoria Interna e Controles corporativos, está subordinada ao Conselho de Administração, o qual é assessorado pelo Comitê de Auditoria e possui as seguintes responsabilidades: (i) avaliar, anualmente, a eficácia dos controles sobre Demonstrações Financeiras conforme critérios da metodologia COSO; (ii) gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (iii) gerenciar os Riscos do Negócio, através do mapeamento dos riscos e planos de ação para mitigá-los, e atuar como Guardião da Política de Riscos; (iv) elaborar, aprovar junto ao Comitê de Auditoria e executar o Plano Anual de Auditoria Interna com foco na gestão dos principais riscos da Companhia; (v) acompanhar os planos de ação oriundos dos relatórios de Auditoria Interna e dos trabalhos de controles internos; (vi) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos; (vii) disseminar a cultura de Controles corporativos; (viii) atuar como mentores de controles e na implantação de bons controles internos e/ou melhoria contínua dos processos internos; e (ix) secretariar as reuniões dos Comitês de Governança dos Negócios.

PÁGINA: 10 de 72

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;

Todos os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e Controles corporativos citados acima são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria, que assessora o Conselho de Administração.

Além disso, no Comitê de Governança de cada Negócio, formado pelo VP do negócio e seus subordinados diretos, são discutidos periodicamente os resultados dos trabalhos do escopo da auditoria interna e área de controles, e as principais fragilidades identificadas nas revisões dos processos de negócio.

Para todos os riscos e deficiências apresentadas é solicitado às áreas a elaboração de um plano de ação, com indicação de responsável e data de implantação. Cabe ressaltar que os planos de ação são acompanhados de forma sistemática pelos responsáveis do negócio.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados ao sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de marco de 2021 com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Anualmente, a Companhia recebe as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado dos auditores independentes, propõe um plano de ação e trabalha durante o ano para corrigir quaisquer deficiências identificadas.

Nesse sentido, o relatório circunstanciado referente ao exercício findo em 31 de março de 2021 apontou a existência de deficiências de controles, que, quando avaliadas em conjunto, não foram consideradas pelos auditores como deficiências significativas nos controles mantidos pela Administração.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 5.3 (d), os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências e recomendações consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de marco de 2021.

5.4 - Programa de Integridade

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Diretrizes voltadas ao combate à prática de fraudes e ilícitos contra a Administração Pública estão presentes no Código de Conduta Raízen, na Política de Integridade e em procedimentos complementares voltados a mitigar riscos relativos ao tema.

A Companhia possui medidas mitigadoras de fraudes e ilícitos contra a administração pública, tais como: (i) capacitação dos funcionários da companhia para combate a práticas ilícitas; (ii) comunicação constante sobre regras de conduta; (iii) auditoria de integridade de contrapartes de Trading (clientes, fornecedores e parceiros de negócios); (iv) critérios de escolha de membros da alta direção que consideram elementos de compliance; (v) governança com definição de diferentes alçadas e controles para aprovação de despesas; (vi) análise de compliance para iniciativas de performance social; (vii) ferramentas de reporte de presentes e hospitalidades, bem a demanda pelo registro de interações com a administração pública, entre outras medidas.

Os riscos relativos ao perfil do emissor são atualizados constantemente, mediante a revisão da matriz de risco da companhia e a verificação a cada 2 anos da necessidade de revisão de Políticas e Procedimentos por Controles corporativos. Adicionalmente, de acordo com evolução do Programa de Compliance e alterações nos negócios da Companhia, avaliação de risco independente é realizada.

Eventuais desvios de conduta podem ser detectados pelas áreas de Auditoria (externa e interna), Controles corporativos e Compliance, além das informações comunicadas via canais de denúncia, como o Canal de Ética Raízen. Eventuais ocorrências são avaliadas pelo Comitê de Ética da Companhia, que se reporta ao Comitê de Auditoria, que por sua vez é vinculado ao Conselho de Administração da Raízen.

Em caso de detecção de violações, medidas disciplinares como desligamento por justa causa são aplicáveis, bem como denúncia às autoridades competentes pela Companhia.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

O monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade fica a cargo das áreas de Compliance, Auditoria e Controles corporativos, que atuam conjuntamente para assegurar a eficácia do Programa de Ética e Compliance da companhia.

Controles corporativos e Auditoria reportam para a Vice-Presidência Financeira, e Compliance para a Vice-Presidência Jurídica.

Assuntos dessas três áreas podem ser reportados ao Conselho de Administração da empresa, ou a representantes dos acionistas em reuniões trimestrais, ou em frequência menor, se necessário, capitaneadas pela Auditoria.

Adicionalmente, a companhia possui ainda os seguintes Comitês de monitoramento do Programa de Ética e Compliance: (i) Comitê de Auditoria e Integridade, que é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de propor plano de auditoria, proporcionar independência para a

manutenção e melhorias dos controles internos e compliance, entre outras; (ii) Comitê de Ética, que é o órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria e Integridade para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de monitorar a eficácia do processo de apuração de denúncias de violação do Código de Conduta e demais políticas e procedimentos, entre outras; (iii) Comitê de Liderança, que é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria e Integridade para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de monitorar a eficácia e garantir as melhores práticas no Programa de Ética e Compliance da Raízen, entre outras; e (iv) Comitê de Compliance, que é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria e Integridade para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de propagar a cultura de ética na companhia, agindo como agente disseminador do Código de Conduta Raízen, e demais políticas e procedimentos internos relacionados ao Programa de Ética e Compliance, replicando e implementando nas áreas de negócio as decisões tomadas pelos Comitês supramencionados.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, possui. O Código de Conduta foi inicialmente aprovado em 2011, e atualizado ao longo do tempo, sendo a sua última atualização aprovada em 31 de maio de 2021 e amplamente divulgado em campanhas de comunicação interna, em processos de contratação de terceiros e no site da empresa na internet.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

O Código da Conduta da Raízen se aplica a todos os funcionários e terceirizados da Raízen, bem como aos prestadores de serviços, fornecedores ou parceiros de negócio, incluindo conselheiros de administração. Não contamos com Conselho Fiscal.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.

Todos os funcionários que são mapeados como público alvo para os treinamentos de código de conduta, anticorrupção e compliance concorrencial ("Treinamentos de Compliance") devem realizar os Treinamentos de Compliance disponíveis online em até 30 dias após o início na Companhia, sendo que a plataforma de treinamentos online mantém referidos treinamentos disponíveis para realização a qualquer momento (24h por dia, 7 dias da semana).

Os funcionários mapeados como público de risco devem também realizar treinamentos presenciais anticorrupção e/ou de compliance concorrencial, conforme aplicável, em até 60 dias após o início na Companhia, sendo que referidos treinamentos são ministrados com frequência mínima mensal.

Quanto à atualização dos Treinamentos de Compliance, novos treinamentos devem ser realizados no prazo máximo de 2 anos, a contar da realização do treinamento anterior. A aderência é assegurada por meio de alertas automáticos enviados aos funcionários pela plataforma online de treinamentos e pelo envio mensal de indicadores aos vice-presidentes e diretores da Companhia. O controle de aderência também pode ser feito pelos líderes imediatos através de emissão de relatórios de treinamentos via plataforma online de treinamentos.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.

Qualquer colaborador ou terceiro que não observar as disposições do Código de Conduta e de Políticas e Procedimentos Internos estará sujeito a sanções, que no caso de colaboradores vão desde advertências à demissão por justa causa, sem prejuízo de outras medidas legais.

PÁGINA: 13 de 72

A negligência e a falha involuntária também são consideradas descumprimento do Código de Conduta, sendo passíveis de aplicação das medidas acima mencionadas.

Com relação a terceiros representantes da empresa, o descumprimento do Código de políticas e procedimentos ensejará a rescisão contratual, bem como possibilitará o manejo de eventual ação indenizatória, sem prejuízo de outras providências legais.

Adicionalmente, se aplicável, autoridades competentes são envolvidas para a cabível responsabilização cível e criminal dos responsáveis por violações de disposições previstas em legislação aplicável.

A gestão do Canal de Ética é feita por uma equipe segregada reportando-se à Auditoria Interna. As denúncias são recebidas por uma empresa terceira e independente, registradas em seu portal e então encaminhadas para esse time, que tem a responsabilidade, junto com outras áreas da companhia, a realizar a apuração e investigação dos casos. Quando substanciadas, as denúncias são levadas para apreciação do Comitê de Ética da companhia, composto pelos VPs de Finanças, Jurídico e Recursos Humanos, para endereçamento de gestão de consequências - que pode ser de uma advertência verbal até uma demissão por justa causa e informe à autoridade pública competente. Periodicamente, todos os casos substanciados são reportados para o Comitê de Auditoria com os acionistas. Todas as denúncias recebidas são tratadas e respondidas ao denunciante, independentemente de serem avaliadas como procedentes ou não. Todas as informações relacionadas às denúncias permanecem registradas no sistema do fornecedor independente, e toda comunicação por ventura realizada com o denunciante são realizadas através desse portal, garantindo assim o anonimato dos mesmos.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Código de Conduta da Raízen foi aprovado pelo Conselho de Administração da empresa e está disponível para download tanto na intranet como na internet: https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen/codigo-de-conduta

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

https://canalconfidencial.com.br/raizen/

Brasil: 0800-772-4936 Argentina: 0800-345-4327

E-mail canaldeetica@raizen.com.br

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.

O canal de denúncias é externo, ficando a cargo de empresa especializada e reconhecida mundialmente.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.

O canal está aberto ao recebimento de denúncias internas e externas, ou seja, de empregados e terceiros.

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé.

Sim, o canal de denúncias garante o anonimato e sigilo de informações. O canal é gerido por um terceiro especializado que disponibiliza para a Companhia a denúncia através de um sistema independente, além de um processo interno que assegura que as informações sejam recebidas e tratadas por um time segregado das áreas operacionais da Companhia. Após a investigação a denúncia é submetida ao Comite de Ética e ao Comite de Auditoria.

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

As denúncias são recebidas, cadastradas e classificadas por assunto por empresa especializada e depois encaminhadas para a área de Auditoria para as providências internas necessárias.

De acordo com o "Processo de Investigação de Fraudes e Irregularidades denunciadas ao Canal de Ética e outros meios" as denúncias envolvendo Diretores da Companhia serão apuradas pela Auditoria Interna e o Vice Presidente da área. Denúncias envolvendo Vice Presidentes e o CEO serão apuradas pela Auditoria Interna sob a supervisão do Comitê de Auditoria, órgão que se reporta diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Apurações que envolvam funcionários da área de Auditoria Interna seguem as regras acima.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Sim, auditorias de integridade são sempre realizadas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

PÁGINA: 15 de 72

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos, tampouco há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos no item 4 deste Formulário de Referência.

A Política de Gestão de Riscos foi atualizada e aprovada na reunião de Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2021.

PÁGINA: 16 de 72

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Gerenciamento de riscos relativos à segurança da informação

A Companhia realiza anualmente testes de invasão aos seus sistemas por meio de "Pentest" que ocorrem ao longo do ano todo e são conduzidos por empresas especialistas em segurança da informação. Estes testes buscam identificar vulnerabilidades que possibilitem ataques através de hackers aos seus sistemas e, posteriormente, as vulnerabilidades identificadas são tratadas pela Companhia. Atualmente existe um "Pentest" em execução que está sendo realizada pela BLAZE Information Security.

Destaca-se que a Companhia busca constantemente desenvolver os seus sistemas, procurando aprimorar o seu gerenciamento de riscos e investir em novas tecnologias. No ultimo ano-safra, a Companhia investiu o montante de R\$ 580 mil em testes "Pentest" e, após o ataque de hacker sofrido pela Companhia e seu grupo econômico em março de 2020, a Companhia investiu mais de R\$ 35 milhões em cybersegurança.

PÁGINA: 17 de 72

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam, neste item 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a nossa situação pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as nossas condições financeiras e patrimoniais. Exceto quando justificado, os valores aqui apresentados estão expressos em milhares de reais (R\$) e foram extraídos das demonstrações financeiras combinadas consolidadas do Grupo Raízen referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 e são de responsabilidade da Administração.

As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas do Grupo Raízen, que são de responsabilidade da Administração do Grupo Raízen, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo, independentemente da disposição de sua estrutura societária na data da referida demonstração financeira. Salientamos ainda que, para fins de melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos a Raízen S.A., e o termo "Grupo Raízen" é usado para tratar as demonstrações financeiras combinadas consolidadas da Companhia e de suas controladas, conforme definido no item 3.2 deste Formulário de Referência.

As demonstrações financeiras combinadas e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("<u>CPC</u>"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("<u>IFRS</u>") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("<u>IASB</u>").

Efeitos da pandemia relacionados ao coronavírus (COVID- 19)

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, consequentemente, em nossas demonstrações financeiras, estão detalhados nos itens 4.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Adotamos políticas financeiras e de tesouraria destinadas a promover um perfil de crédito compatível com o *investment grade* nos *ratings* corporativos das agências de classificação de risco ("<u>Grau de Investimento</u>"). Consequentemente, atualmente aderimos aos seguintes princípios-chave:

- foco no financiamento de gastos de capital recorrentes/operacionais a partir de fluxos de caixa operacionais, com um amortecimento para cenários adversos; e
- pagamentos de dividendos estabelecidos anualmente, levando em consideração (1) o caixa gerado durante o período, (2) nosso plano de crescimento, (3) acesso ao financiamento, e (4) manutenção de um perfil de crédito proporcional a um Grau de Investimento.

Entendemos que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar nosso plano de negócios e cumprir com nossas obrigações de curto e médio prazo, considerando que mantemos um perfil de amortização de dívida altamente gerenciável e nos beneficiamos de liquidez adequada, dado que o Grupo Raízen em 31 de março de 2021 possuía um caixa e equivalentes de caixa de R\$ 6.512.805 mil.

Adicionalmente, a liquidez do Grupo Raízen é reforçada por linhas de crédito rotativo, denominada *revolving credit facilities*, não utilizadas até o momento que totalizam US\$ 1 bilhão (equivalente em 31 de março de 2021 a R\$ 5,6973 bilhões).

PÁGINA: 18 de 72

Assim, nossa estabilidade de geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial do Grupo Raízen, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

	Em		
Em R\$ milhares	2021	2020	2019
Ativo	67.045.356	65.599.368	46.560.990
Circulante	26.614.407	28.315.050	20.322.294
Não Circulante	40.430.949	37.284.318	26.238.696
Passivo	54.546.964	53.869.265	35.168.986
Circulante	22.605.063	25.352.218	15.606.912
Não Circulante	31.941.901	28.517.047	19.562.074
Patrimônio Líquido	12.498.392	11.730.103	11.392.004
Passivo e Patrimônio Líquido	67.045.356	65.599.368	46.560.990

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, tributos a recuperar e estoques. Já o passivo circulante, é constituído em especial por fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial do Grupo Raízen:

Índices	Fórmula	Em 31 de março de			
maioco	1 ormala	2021 2020 201		2019	
Endividamento Total (ET)	Passivo total				
,	$ET = \frac{1}{Ativo\ total} \times 100$	81,4	82,1	75,5	
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	Passivo Circulante ECP = Ativo total × 100	33,7	38,6	33,5	
Liquidez Corrente (LC)	Ativo Circulante LC = X 100 Passivo Circulante	117,7	111,7	130,2	

Os índices de endividamento total e de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pelo Grupo Raízen (ativo total).

As informações financeiras patrimoniais do Grupo Raízen, com base na avaliação dos seus diretores, demonstram um adequado nível de endividamento, considerando que a disponibilidade de liquidez do Grupo Raízen é suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo. Em 31 de março de 2021, a Dívida Bruta do Grupo Raízen era composta por R\$ 24.444.473 mil (considerando os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes), a Dívida Líquida do Grupo Raízen foi de R\$14.171.275 mil, sendo composta pela Dívida Bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras vinculadas a financiamentos, Certificados do Tesouro Nacional (CTNs) e instrumentos financeiros derivativos atrelados aos empréstimos e financiamentos.

Nossas fontes de liquidez tradicionalmente consistem em fluxos de caixa de nossas operações e empréstimos de longo prazo.

Acreditamos que nosso capital de giro atual e os resultados da liquidez geral e corrente é suficiente diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios e esperamos atender a eventuais necessidades de capital de giro por meio de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo ou ofertas de títulos de dívida ou de capital no mercado brasileiro e mercados de capitais internacionais.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, o fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento foram financiadas principalmente pelo uso de caixa e aumento do endividamento.

Nossa Administração entende que o Grupo Raízen possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

b. Estrutura de Capital

Gestão de Capital

O objetivo do Grupo Raízen ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

O Grupo Raízen possui relação com as principais agências de rating locais e internacionais, conforme demonstrados abaixo:

Agência	Escala	Rating	Outlook	Data
Fitch	Nacional	AAA (bra)	Estável	28/05/2020
	Global	BBB	Negativo	28/05/2020
Moody's	Nacional	Aaa.Br	Estável	09/12/2020
	Global	Baa3	Estável	09/12/2020
Standard & Poor's	Nacional	brAAA	Estável	29/06/2020
	Global	BBB-	Estável	29/06/2020

O Grupo Raízen monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (leverage) representado pela Dívida Líquida dividida pela soma da Dívida Líquida e Patrimônio Líquido.

A Dívida Líquida está definida em detalhes no item 3.2 deste Formulário de Referência.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital do Grupo Raízen entre Dívida Líquida e Capital Próprio e os índices de alavancagem financeira (termos definidos no item 3.2 deste Formulário de Referência) em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, que foram calculados como segue:

Em R\$ milhares, exceto %			
	2021	2020	2019
Dívida Bruta	24.444.473	25.327.370	17.264.301
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.512.805)	(8.601.660)	(5.740.037)
(-) Títulos e valores mobiliários	(134.940)	(39.145)	(268.413)
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	(39)	(50.460)	(57.846)
(-) Certificados do Tesouro Nacional – CTN	(24.206)	(297.459)	(521.943)
(-) Swaps de taxa de câmbio, de juros e outros derivativos	(3.601.208)	(3.369.934)	(814.344)
Dívida Líquida	14.171.275	12.968.712	9.861.718
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas Controladores	12.129.956	11.364.386	11.115.876
Participação dos acionistas não controladores	368.436	365.717	276.128
Capital próprio	12.498.392	11.730.103	11.392.004
Total de Dívida Líquida e Capital Próprio	26.669.667	24.698.815	21.253.722
Índice de alavancagem financeira ⁽¹⁾	53,1%	52,5%	46,4%

⁽¹⁾ Calculado como Dívida Líquida dividido pela soma de Capital Próprio e de Dívida Líquida.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital do Grupo Raízen considerando a análise vertical do passivo e patrimônio líquido:

Em 31 de março de								
(R\$ milhares, exceto porcentagem)	2021	AV (%)*	2020	AV (%)*	2019	AV (%)*		
Passivo Total	54.546.964	81,4%	53.869.265	82,1%	35.168.986	75,5%		
Patrimônio Líquido Total do Passivo e	12.498.392	18,6%	11.730.103	17,9%	11.392.004	24,5%		
Patrimônio Líquido * Análise vertical	67.045.356	100,0%	65.599.368	100,0%	46.560.990	100,0%		

De um total de US\$ 1 Bilhão de revolving credits facilities não utilizadas até o término destas demonstrações financeiras, O Grupo Raízen possui com seus acionistas, contrato de linha de crédito no valor total equivalente a US\$ 700.000 mil, conforme abaixo:

Beneficiária	Instituição	Valor em US\$ mil	Vencimento
Raízen	Shell Finance (Netherlands) B.V. e Cosan S.A.	700.000	Maio/2025

Em 31 de março de 2021 o patrimônio líquido do Grupo Raízen é de R\$ 12.498.392 mil, perfazendo uma relação entre Dívida Líquida e patrimônio líquido de 113,4%.

Nossa Administração entende que o Grupo Raízen possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de liquidez corrente do Grupo Raízen em 31 de março de 2021 era de 117,7. Em 31 de março de 2021, o Grupo Raízen possuía R\$ 24.444.473 mil de empréstimos e financiamentos.

A Administração do Grupo Raízen informa que avaliou a habilidade das empresas operararem normalmente, considerando o perfil de endividamento do Grupo Raízen, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez do Grupo Raízen, e está convencida de que o Grupo Raízen possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que o Grupo Raízen possui capacidade financeira para honrá-los, considerando, inclusive, o relacionamento do Grupo Raízen com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento do Grupo Raízen foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pelo Grupo Raízen principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (i) desembolso de capital, inclusive para financiar planos de expansão, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pelo Grupo Raízen são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento do Grupo Raízen.

Para maiores informações veja o item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência, no qual estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais o Grupo Raízen pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, o Grupo Raízen pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de março de 2021, o Grupo Raízen possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 24.444.473 mil, dos quais R\$ 22.222.123 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 2.222.350 mil eram representados por dívidas de curto prazo (circulante).

A Dívida Bruta do Grupo Raízen se manteve praticamente estável, diminuindo R\$ 882.897 mil entre 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021.

Em 31 de março de 2020, o Grupo Raízen possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 25.327.370 mil, dos quais R\$ 19.993.287 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 5.334.083 mil eram representados por dívidas de curto prazo (circulante).

A Dívida Bruta do Grupo Raízen aumentou R\$ 8.063.069 mil entre 31 de março de 2019 e 31 de março de 2020, principalmente em decorrência de captações para fazer frente ao pagamento da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018.

Em 31 de março de 2019, o Grupo Raízen possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 17.264.301 mil, dos quais R\$ 15.341.640 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 1.922.661 mil eram representados por dívida de curto prazo (circulante).

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento em vigor em 31 de março de 2021:

Classificação das dividas por moeda: Denominadas em Reais Denominadas em Reais Denominadas em Delares norte-americanos (US\$) e Euro (\$\(\text{(Nota 27.d)}\) Prefisado Prefisa	Finalidade	Vencimento final	Indexador	Taxa média anual efetiva de juros (1)			Total	
Classificação das dividas por moeda:					Em 31	de março de		
Denominadas em Reais Polares norte-americanos (US\$) e Euro (€) (Nota 27.d) Ponominadas em Dólares norte-americanos (US\$) e Euro (€) (Nota 27.d) Ponominadas em Dólares norte-americanos (US\$) e Euro (€) (Nota 27.d) Ponominadas em Roía em Dólares norte-americanos (US\$) e Euro (€) (Nota 27.d) Ponominadas em Roía em California e Ponominadas em Roía em California				2021	2020	2021	2020	
Denominadas em Dolares norte-americanos (US\$) e Euro (€) (Nota 27.4) 24.502.090 25.300.07	·							
Marquo/24 URTJLP 5,23% 6,25% 4,139 10,536 1		F (C) (N-4- 07 -1)						
Modalidade das dividas (2): BNDES Dezembro30 Pré-fixado 3,61% 3,69% 272.276 384.006 BNDES Dezembro38 Pré-fixado 3,61% 3,69% 272.276 384.006 BNDES Dezembro38 Dezembro38 Pré-fixado 3,61% 3,69% 272.276 384.006 BNDES Dezembro38 Dezembro38 Pré-fixado 3,61% 3,69% 272.276 384.006 BNDES Dezembro38 De	Denominadas em Dolares norte-americanos (US\$) e	Euro (€) (Nota 27.d)		-	15.245.867	15.736.428	
BNDES Margo/24 BNDES URT/LIP betwind 0 8.1% 3.59% 6.25% 4.139 10.336 BNDES 3.364.006 BNDES Dezembro/30 Pref-sized 0 8.1% 3.59% 6.25% 4.139 10.336 BNDES 3.364.006 BNDES Abril/24 UMBND 5.07% 6.67% 29.298 37.884 BNDES 3.75% 7.50% 145.908 129.956 BNDES 3.75% 7.50% 155.908 129.95% 11.50.508 129.956 BNDES 3.75% 7.50% 15.50% 15.508 129.95% 11.50.508 129.95% 11.50.508 129.95% 11.50.508 129.95% 11.50.508 129.95% 11.50.508 129.95% 11.50.508 129.95% 11.50.508 129.95% 11.50.508 129.95% 11.50.502 11.50.508 129.95% 11.50.502 11.						24.502.099	25.360.607	
BNDES Margo/24 BNDES URT/UP betwind 0 361% 3,59% 6,25% 4,139 10,536 BNDES 1,036 BNDES Abril/24 AUMBND 5,07% 6,67% 29,298 334,006 BNDES 4,139 10,536 384,006 BNDES Abril/24 BNDES Lozembro/38 PPEs (Prê-pagamento à Exportação*) Abril/24 Dubro/25 Dolar (US\$) + Prê-fushor 1,51% 7,50% 145,998 129,956 B4,150,188 6,723,425 PPEs (Prê-pagamento à Exportação*) Dolar (US\$) + Prê-fushor 1,51% 7,50% 145,998 129,956 B4,150,188 6,723,425 PPEs (Prê-pagamento à Exportação*) Abril/24 Dolar (US\$) + Prê-fushor 1,24% 2,95% 1,150,629 1,051,623 1,051,	Modalidade das dívidas (2):				=	-		
BNDES Dezembro/38 PCA 9,37% 6,67% 29.298 37.684 BNDES PPEs ("Pré-pagamento à Exportação") Outubro/25 Dolar (US\$) + Pré- (US\$) 1,51% 2,93% 8.415.018 8.723.426 PPEs Pré-pagamento à Exportação") Outubro/25 Dolar (US\$) + Pré- (US\$) Pré- (US\$)		Março/24	URTJLP	5,23%	6,25%	4.139	10.536	
BNDES PPEs ("Pré-pagamento à Exportação")	BNDES	Dezembro/30	Pré-fixado	3,61%	3,59%	272.276	384.006	
PPEs ("Pré-pagamento à Exportação") Outubro/25 Debiar (US\$) + Libor 1,51% Logarity 2,93% B.415.018 8,723.426 PPEs (PPEs) - Dolar (US\$) + Pré-fixado fixado 3,74% Debiar (LS\$) - 1,156.629 1.051.686 Term Loan Agreement Abril/24 Debiar (US\$) + Libor 1,24% 2,95% 1,156.629 1.156.629 1.051.523 Adiantamento de contrato de câmbio ("ACC") - Dolar (US\$) + Pré-fixado 8,88% 7,06% 1,135.949 1.135.949 1.115.957 Adiantamento de contrato de câmbio ("ACC") - Dolar (US\$) + Pré-fixado 8,88% 7,06% 1,135.949 1.135.949 1.115.957 Adiantamento de contrato de câmbio ("ACC") - PED CODI 4,41% - 333.458 33.458 1.71% - 3880.423 Capital de giro - FED DOJAR (US\$) + Pré-fixado 0,03% 166.45 33.458 5,30% 4,543.144 2,965.837 Resolução 2471 (PESA) Abril/23 (IGP-M 18,06% 7,53% 30.0% 30.0% 30.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 33.0% 30.0% 30.0% 33.0% 30.	BNDES	Abril/24	UMBND	5,07%	6,67%	29.298	37.684	
PPEs	BNDES	Dezembro/38	IPCA	9,37%	7,36%	145.968	128.956	
PPES	PPEs ("Pré-pagamento à Exportação")	Outubro/25	Dólar (US\$) + Libor	1,51%	2,93%	8.415.018	8.723.426	
Term Loan Agreement	PPFs	_			3 74%	_	1 051 686	
Debêntures		41 1104		-		4.450.000		
Adiantamento de contrato de câmbio ("ACC") - Dólar (US\$) + Pré-fixado - Capital de giro - CDI - 4,41% - 33.458 Capital de giro - FED - 0,83% - 16.645 Senior Notes Due 2027 - Janeiro/27 - Resolução 2471 (PESA) - Abril/23 - Resolução 2471 (PESA) - Outloro/25 - Pré-fixado - CDI - 3,91% - 3,00% - 30.708 - 30.	<u> </u>		· · /					
Capital de giro - CDI - 4,41% - 33,458 Capital de giro - CDI - 4,41% - 33,458 Capital de giro - CDI - 0,83% - 16,645 Senior Notes Due 2027 Janeiro/25 Délar (US\$) 5,30% 5,30% 4,543,144 2,965,837 Resolução 2471 (PESA) Abril/23 (IGP-M 18,60% 7,53% 30,708 38, 965 Resolução 2471 (PESA) Outubro/25 Pré-fixado 3,00% 3,00% 3,88 46 Notas de crédito - CDI - 3,91% - 84,941 Finamel/Leasing Janeiro/25 Pré-fixado 6,62% 6,64% 41,130 57,571 Finamel/Leasing Janeiro/25 Pré-fixado 6,62% 6,64% 41,130 57,571 Finamel/Leasing URTJLP - 8,29% - 296,191 2,947,187 CCRA Juhnó/30 IPCA 9,79% 7,33% 3,607,866 2,389,708 Financiadora de Estudos e Projetos ("Finep") Novembro/22 Dólar (US\$) + Pré-fixado 2,97% 7,33% 3,607,866 2,389,708 Schuldschein Outubro/21 Euro (€) + Pré-fixado 2,88% 2,88% 447,457 382,920 Schuldschein Setembro/22 Euribor 1,63% 1,79% 689,619 609,190 Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/29 CDI 3,03% 4,35% 1,79% 689,619 609,190 Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/29 CDI 3,03% 4,35% 1,79% 689,619 609,190 Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/29 CDI 3,03% 4,35% 1,79% 689,619 609,190 Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/29 CDI 3,03% 4,35% 1,79% 689,619 609,190 Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/29 CDI 3,03% 4,35% 1,79% 689,619 20,77,414 (1,24,26) 500,749 500,	Debentures	Junho/30		8,88%	7,06%	1.135.949	1.115.357	
Capital de giro - CDI - 4,41% - 33.458 Capital de giro - FED - 0,83% - 16.645 Senior Notes Due 2027 Janeiro/27 Dólar (USS) 5,30% 4.543.144 2.9668.837 Resolução 2471 (PESA) Abril/23 IGP-M 18,06% 7,53% 30.708 328.965 Resolução 2471 (PESA) Outubro/25 Pré-fixado 3,00% 3,00% 3.00 4.41 1.00 4.41 1.00 4.41 1.00 4.41 1.00 4.41 1.00 4.00 1.00 4.00 1.00 4.00 1.00 4.00 1.00 4.00 1.00	Adiantamento de contrato de câmbio ("ACC")	-		_	1,71%	-	880.423	
Capital de giro - FED Senior Notes Due 2027 - FED Joan (US\$) - 0,83% - 16.645 837 Resolução 2471 (PESA) Abril/23 IGP-M 18,06% 7,53% 30.708 328,965 Resolução 2471 (PESA) Outubro/25 Pré-fixado 3,00% 3,00% 38 46 Notas de crédito - CDI - 3,91% - 84,941 84,941 Finame/Leasing Janeiro/25 Pré-fixado 6,62% 6,64% 41.130 57.571 Finame/Leasing Janeiro/25 Pré-fixado 6,62% 6,64% 41.130 57.571 Finame/Leasing Janeiro/25 Pré-fixado 6,62% 6,64% 41.130 57.571 Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") Julho/39 LOI 1,68% 3,57% 2.926.191 2.947.185 CRA Julho/30 Dólar (US\$) + Pré-fixado 5,00% 5,00% 55.174 88.278 Loan 4131 Julho/30 Lour (€) + Pré-fixado 2,88% 2,88% 447.457 382,920 Schuldschein Outros S	Capital de giro	_		_	4.41%	_	33.458	
Senior Notes Due 2027		-	FED	_		-	16.645	
Resolução 2471 (PESA) Abril/23 IGP-M 18,06% 7,53% 30.708 328.965 Resolução 2471 (PESA) Outubro/25 Pré-fixado 3,00% 3,0% 38 46 Notas de crédito - CDI - 3,91% - 84,941 Finame/Leasing Janeiro/25 Pré-fixado 6,62% 6,64% 41.130 57.571 Finame/Leasing - URTJLP - 8,29% - 45 Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") Juhnó/30 IIPCA 9,79% 7,33% 3.607.866 2.389.708 Financiadora de Estudos e Projetos ("Finep") Novembro/22 Dólar (US\$) + Pré-fixado 5,00% 5,00% 55.174 88.278 Loan 4131 - Dólar (US\$) + Pré-fixado 2,88% 4,34% - 54.778 Schuldschein Outubro/21 Euro (€) + Pré-fixado 2,88% 2,88% 447.457 382.920 Despesas com colocação de títulos: Setembro/22 Euribor 1,63% 1,79 689.619 609	Senior Notes Due 2027	Janeiro/27		5,30%	- ,	4.543.144	2.965.837	
Resolução 2471 (PESA) Outubro/25 Pré-fixado CDI 3,00% 3,0% 38 46 Notas de crédito - CDI - 3,91% - 84,941 Finame/Leasing Janeiro/25 Pré-fixado 6,6% 6,6% 41,130 57,571 Finame/Leasing URTJLP - 8,29% - 29,61.91 2,947,187 Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") Julho/30 IPCA 9,79% 7,33% 3,607.866 2,898,708 CRA Junho/30 IPCA 9,79% 7,33% 3,607.866 2,889,708 Financiadora de Estudos e Projetos ("Finep") Novembro/22 Dólar (US\$) + Pré-fixado 5,00% 5,00% 55,174 88.278 Loan 4131 Schuldschein Subuldschein 2,88% 447.457 382,920 Schuldschein Setembro/22 Euribor 1,63% 1,79% 689,619 609,190 Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/29 CDI 3,03% 4,35% 1,007.495 2,017,411 CPR-F Senior Notes Due 2027	Resolução 2471 (PESA)		, ,	18,06%	7,53%	30.708	328.965	
Notas de crédito — CDI 3,91% — 84,941 Finame/Leasing Janeiro/25 Pré-fixado 6,62% 6,64% 41.130 57.571 Finame/Leasing — URTJLP — 8,29% — 45 45 Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") Julho/30 LODI 1,86% 3,57% 2.926.191 2.947.187 CRA Junho/30 IPCA 9,79% 7,33% 3.607.866 2.389.708 Financiadora de Estudos e Projetos ("Finep") Novembro/22 Dólar (US\$) + Pré-fixado 5,00% 5,00% 55.174 88.278 Loan 4131 — Dólar (US\$) + Pré-fixado 4,34% — 54.778 54.778 Schuldschein Outubro/21 Euro (€) + Pré-fixado 2,88% 2,88% 447.457 382.920 Schuldschein Setembro/22 Euribor 1,63% 1,79% 689.619 609.190 Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/29 CDI 3,03% 4,35% 1,007.495 20.17.441 CPR-F — (ABC) — (ABC) — (ABC)	, ,	Outubro/25	Pré-fixado			38	46	
Finame/Leasing Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") Julho/29 CRA Junho/30 Junho/30 JURCA Junho/30 JURCA JUR	, ,	-	CDI	· -		-	84.941	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") Julho/29 ID 1,86% 3,57% 2.926.191 2.947.187 CRA 1,86% 3,57% 3.607.866 2.389.708 Financiadora de Estudos e Projetos ("Finep") Novembro/22 Dólar (US\$) + Préfixado 5,00% 5,00% 55.174 88.278 1,007.495 1,007.	Finame/Leasing	Janeiro/25	Pré-fixado	6,62%	6,64%	41.130	57.571	
CRA Junho/30 Financiadora de Estudos e Projetos ("Finep") Junho/30 Novembro/22 Podra (US\$) + Préfixado fixado 1,00 fixado 5,00% 5,00% 55.174 3.607.866 2.389.708 Loan 4131 Junho/30 Dólar (US\$) + Préfixado Dólar (US\$) + Préfixado 4,34% - 54.778 54.778 Schuldschein Outubro/21 Euro (€) + Pré-fixado Schuldschein 2,88% 2,88% 447.457 382.920 Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/22 Furibor 1,63% 1,79% 689.619 609.190 Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/29 CDI 3,03% 4,35% 1.007.495 2.017.441 Despesas com colocação de títulos: CRA (S1.500) (S1.500) (S1.500) (S1.500) (S1.500) (S1.500) (S1.500) (S1.500) (S1.500) (S1.500) (S1.500) CPR-F Senior Notes Due 2027 (S1.500)	Finame/Leasing	-	URTJLP	_	8,29%	-	45	
Financiadora de Estudos e Projetos ("Finep") Novembro/22 Dólar (US\$) + Préfixado 5,00% 5,00% 55.174 88.278	Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")	Julho/29	CDI	1,86%	3,57%	2.926.191	2.947.187	
Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) Novembro/22 fixado 5,00% 5,00% 55.174 88.278	CRA	Junho/30	IPCA	9,79%	7,33%	3.607.866	2.389.708	
Loan 4131 - fixado - 4,34% - 54.78 Schuldschein Outubro/21 Euro (€) + Pré-fixado 2,88% 2,88% 447.457 382.920 Schuldschein Setembro/22 Euribor 1,63% 1,79% 689.619 609.190 Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/29 CDI 3,03% 4,35% 1,007.495 2,017.441 Despessas com colocação de títulos: CRA (SPR-F) (35.366) (15.590) CPR-F (11.141) (12.426) (2.074) Senior Notes Due 2027 (4.560) (2.074) Debêntures (4.670) (180) Outros (57.626) (33.237) Circulante (2.222.350) (5.334.083)	Financiadora de Estudos e Projetos ("Finep")	Novembro/22		5,00%	5,00%	55.174	88.278	
Schuldschein Outubro/21 Setembro/22 Euribor Euro (€) + Pré-fixado 2,88% 2,88% 2,88% 447.457 382.920 609.19	I pan 4131	_			4 34%	_	54 778	
Schuldschein Setembro/22 Novembro/29 Euribor CDI 1,63% 1,79% 4,35% 1,007.495 689.619 2.017.441 609.190 2.017.441 Despessas com colocação de títulos: CRA (35.366) (15.590) CPR-F (35.366) (11.141) (12.426) Senior Notes Due 2027 (4.560) (2.074) Debêntures Outros (57.626) (33.237) Circulante Circulante (2.222.350) (5.334.083)		0		-		447.457		
Cédula de produto rural financeiro ("CPR-F") Novembro/29 CDI 3,03% 4,35% 1.007.495 2.017.441 Despessas com colocação de títulos: CRA (35.366) (15.590) CPR-F (11.141) (12.426) Senior Notes Due 2027 (4.560) (2.074) Debêntures (4.670) (180) Outros (1.889) (2.967) (57.626) (33.237) Circulante (2.222.35) (5.334.083)			* *					
Despesas com colocação de títulos: 24.502.099 25.360.607 CRA (35.366) (15.590) CPR-F (11.141) (12.426) Senior Notes Due 2027 (4.560) (2.074) Debêntures (4.670) (180) Outros (1.889) (2.967) (57.626) (33.237) Circulante (2.222.350) (5.334.083)								
Despesas com colocação de títulos: CRA (35.366) (15.590) CPR-F (11.141) (12.426) Senior Notes Due 2027 (4.560) (2.074) Debêntures (4.670) (180) Outros (1.889) (2.967) (57.626) (33.237) Circulante (2.222.350) (5.334.083)	Cedula de produto rural financeiro ("CPR-F")	Novembro/29	CDI	3,03%	4,35%			
CRA (35.366) (15.590) CPR-F (11.141) (12.426) Senior Notes Due 2027 (4.560) (2.074) Debêntures (4.670) (180) Outros (1.889) (2.967) (57.626) (33.237) Circulante (2.222.350) (5.334.083)					-	24.502.099	25.360.607	
CRA (35.366) (15.590) CPR-F (11.141) (12.426) Senior Notes Due 2027 (4.560) (2.074) Debêntures (4.670) (180) Outros (1.889) (2.967) (57.626) (33.237) Circulante (2.222.350) (5.334.083)	Despesas com colocação de títulos:							
Senior Notes Due 2027 (4.560) (2.074) Debêntures (4.670) (180) Outros (1.889) (2.967) (57.626) (33.237) 24.444.473 25.327.370 Circulante (2.222.350) (5.334.083)	CRA					(35.366)	(15.590)	
Debêntures (4.670) (180) Outros (1.889) (2.967) (57.626) (33.237) 24.444.473 25.327.370 Circulante (2.222.350) (5.334.083)	CPR-F					(11.141)	(12.426)	
Debêntures (4.670) (180) Outros (1.889) (2.967) (57.626) (33.237) 24.444.473 25.327.370 Circulante (2.222.350) (5.334.083)	Senior Notes Due 2027					(4.560)	(2.074)	
(57.626) (33.237) 24.444.473 25.327.370 Circulante (2.222.350) (5.334.083)	Debêntures							
24.444.473 25.327.370 Circulante (2.222.350) (5.334.083)	Outros					(1.889)	(2.967)	
Circulante (2.222.350) (5.334.083)					_	(57.626)	(33.237)	
					_	24.444.473	25.327.370	
Não circulante 22.222.123 19.993.287	Circulante				=	(2.222.350)	(5.334.083)	
	Não circulante				<u>-</u>	22.222.123	19.993.287	

Em 31 de março de 2021, as parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas das amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Exercícios:	2021
2022	3.006.796
2023	3.054.318
2024	4.403.400
2025	2.803.639
2026	4.750.763
2027	1.318.441
2028	1.262.125
A partir de 2028	1.622.641
	22.222.123

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O Grupo Raízen e suas subsidiárias mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Administração esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias do Grupo Raízen.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias do Grupo Raízen. O grau de subordinação entre as dívidas do Grupo Raízen é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. O Grupo Raízen ainda possui um contingente de endividamento que está assegurado com ativos reais, principalmente no que diz respeito ao endividamento com o BNDES.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

O Grupo Raízen não está sujeito ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeitos apenas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como "cross-default" e "negative pledge".

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Durante o exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o Grupo Raízen assinou um contrato de Pré- pagamento a Exportação com um sindicato de bancos, cujo limite da linha crédito é de US\$ 380.000 mil, com data limite para saque em 30 de setembro de 2021. Em 7 de Julho de 2021, o Grupo Raízen sacou a totalidade (US\$ 380.000 mil) do limite disponível desse contrato.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Social encerrado em 31 de Março de 2021 comparado ao Exercício Social encerrado em 31 de Março de 2020 para o Grupo Raízen

Em milhares de R\$, exceto %	Exercic	io Socia	l encerrado em 31	de março de	9
	2021	ΑV	2020	AV	АН
Receita operacional líquida	114.601.988	100%	120.580.550	100%	-5%
Custos dos produtos vendidos e dos		.0070	0.000.000	.0075	• 70
serviços prestados	-106.608.028	-93%	-113.308.678	-94%	-6%
Lucro bruto	7.993.960	7%	7.271.872	6%	10%
Receitas (despesas) operacionais				-	
Com vendas	-3.345.443	-3%	-3.090.163	-3%	8%
Gerais e administrativas	-1.330.703	-1%	-1.236.494	-1%	8%
Outras receitas operacionais, líquidas	386.717	0%	2.147.313	2%	-82%
Resultado da equivalência patrimonial	-81.687	-0%	-15.790	-0%	417%
-	-4.371.116	-4%	-2.195.134	-2%	99%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição					
social	3.622.844	3%	5.076.738	4%	-29%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	-1.699.980	-1%	-1.973.633	-2%	-14%
Receitas financeiras	533.137	0%	535.978	0%	-1%
Variações cambiais, líquidas	-1.432.041	-1%	-4.081.951	-3%	-65%
Efeito líquido dos derivativos	1.182.683	1%	3.904.385	3%	-70%
_	-1.416.201	-1%	-1.615.221	-1%	-12%
Lucro antes do imposto sobre a renda e da					
contribuição social	2.206.643	2%	3.461.517	3%	-36%
Imposto sobre a renda e contribuição social					
Corrente	-1.464.604	-1%	-1.345.792	-1%	9%
Diferido	804.802	1%	279.992	0%	187%
_	-659.802	-1%	-1.065.800	-1%	-38%
Lucro líquido do exercício Atribuível a:	1.546.841	1%	2.395.717	2%	-35%
Acionistas controladores	1.524.474	1%	2.252.517	2%	-32%
Acionistas não controladores	22.367	0%	143.200	0%	-84%
Lucro líquido do exercício	1.546.841	1%	2.395.717	2%	-35%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$114.602 milhões comparativamente a R\$ 120.581 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 5.979 milhões ou 5%. Esta redução é atribuída substancialmente a redução de 12% e 18% nas vendas de combustíveis do Ciclo Otto (a soma de etanol e gasolina) no Brasil e na Argentina, respectivamente, e à redução de 73% e 77% nos volumes de vendas de combustíveis Jet A-1 no Brasil e na Argentina, respectivamente, parcialmente compensado pelo aumento nos volumes de vendas de açúcar em 145% após início da operação de originação de volume com terceiros (trading) e crescimento do preço internacional do açúcar. Os volumes de vendas de combustíveis foram afetados principalmente pelos efeitos de restrições a circulação de veículos e pessoas resultantes da pandemia COVID-19. Adicionalmente, isso levou a Companhia a adotar uma estratégia de vendas do mercado externo que se beneficiou do impacto positivo da variação cambial.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 106.608 milhões comparativamente a R\$ 113.309 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 6.701 milhões ou 6%. Esta redução é atribuída substancialmente à redução de 12% e 18% nos volumes de vendas de combustíveis do Ciclo Otto no Brasil e na Argentina, respectivamente, e à redução de 73% e 77% nos volumes de vendas de combustíveis Jet A-1 no Brasil e na Argentina, respectivamente.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 7.994 milhões comparativamente a R\$ 7.272 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 722 milhões ou 10%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de volume nas vendas de açúcar e aumento dos preços internacionais da *commodity*, que contribuem para a melhora da margem. Entretanto, foram parcialmente compensado pela redução do volume de venda de combustíveis do Ciclo Otto e da Jet A-1 no Brasil e Argentina. Lucro bruto representou 7,0% e 6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 representaram uma despesa de R\$ 4.371 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 2.195 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 2.176 milhões ou 99,1%. Despesas operacionais representaram 3,8% e 1,8% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Este aumento é atribuído substancialmente ao impacto positivo de R\$ 1 bilhão em Outras Receitas Operacionais em 2020 relacionado à formação da Joint Venture da Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A. e a venda da participação societária na subsidiária Raízen Conveniências S.A. para a Femsa Comércio S.A.

Com relação às despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 representaram uma despesa de R\$ 1,331 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 1.236 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 94 milhões ou 7,6%. Este aumento é atribuído substancialmente à inflação ocorrida no período (IPCA com 6,1%). Despesas gerais e administrativas representaram 1,2% e 1,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrado em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi negativo em R\$ 1.416 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 1.615 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 199 milhões ou 12,3%. Esta redução é atribuída substancialmente à menor taxa de juros em 2021 que reduziu o custo de carrego da dívida e aos efeitos da variação cambial sobre saldos não designados como *hedge accounting* por conta da desvalorização do Real versus Dólar Americano. Resultado financeiro, líquido representou 1,2% e 1,3% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 2.207 milhões comparativamente a R\$ 3.462 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 1.255 milhões ou 36,3%. Esta redução é atribuída substancialmente aos fatores já explicados nos itens anteriores. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representaram 1,9% e 2,9% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 representou uma despesa de R\$ 660 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 1,066 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 406 milhões ou 38,1%. Imposto de renda e contribuição social representaram 0,6% e 0,9% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à redução do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, conforme descrito nos itens anteriores.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 1.547 milhões comparativamente a R\$ 2.396 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma reduçãode R\$ 849 milhões ou 35,4%. Esta redução é atribuída substancialmente aos fatores já explicados nos itens anteriores. Lucro Líquido do exercício representou 1,3% e 2,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Exercício Social encerrado em 31 de Março de 2020 comparado ao Exercício Social encerrado em 31 de Março de 2019 do Grupo Raízen

Em milhares de R\$	Exercicio Social encerrado em 31 de março de				
	2020	ΑV	2019	AV	AH
Receita operacional líquida Custos dos produtos vendidos e dos	120.580.550	100%	103.973.038	100%	16%
serviços prestados	-113.308.678	-94%	-98.008.548	-94%	16%
Lucro bruto	7.271.872	6%	5.964.490	6%	22%
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	-3.090.163	-3%	-2.526.598	-2%	22%
Gerais e administrativas	-1.236.494	-1%	-1.152.093	-1%	7%
Outras receitas operacionais,					
líquidas	2.147.313	2%	1.251.968	1%	72%
Resultado da equivalência					
patrimonial	-15.790	-0%	30.987	0%	-151%
	-2.195.134	-2%	-2.395.736	-2%	-8%
Lucro antes do resultado financeiro e do					
imposto sobre a renda e da contribuição	5.076.738	4%	3.568.754	3%	42%

Em milhares de R\$ social	Exercicio Social encerrado em 31 de março de			•	
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	-1.973.633	-2%	-1.470.934	-1%	34%
Receitas financeiras	535.978	0%	610.293	1%	-12%
Variações cambiais, líquidas	-4.081.951	-3%	-781.306	-1%	422%
Efeito líquido dos derivativos	3.904.385	3%	850.327	1%	359%
·	-1.615.221	-1%	-791.620	-1%	104%
Lucro antes do imposto sobre a renda e					
da contribuição social	3.461.517	3%	2.777.134	3%	25%
Imposto sobre renda e contribuição social					
Corrente	-1.345.792	-1%	-548.245	-1%	145%
Diferido	279.992	0%	6.226	0%	4397%
	-1.065.800	-1%	-542.019	-1%	97%
Lucro líquido do exercício	2.395.717	2%	2.235.115	2%	7%
Atribuível a:					
Acionistas controladores	2.252.517	2%	2.176.437	2%	3%
Acionistas não controladores	143.200	0%	58.678	0%	144%
Lucro líquido do exercício	2.395.717	2%	2.235.115	2%	7%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 120.581 milhões comparativamente a R\$ 103.973 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 16.608 milhões ou 16%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, e ao aumento de 6% e 3% nas vendas de diesel e Ciclo Otto no Brasil, respectivamente.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 113.309 milhões comparativamente a R\$ 98.009 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 15.300 milhões ou 16%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, e ao aumento de 6% e 3% nas vendas de diesel e Ciclo Otto no Brasil, respectivamente.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 7.272 milhões comparativamente a R\$ 5.964 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 1.308 milhões ou 22%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de 4% no volume de vendas e suas correspondentes receita e custo nas operações de distribuição de combustíveis no Brasil. Lucro bruto representou 6,0% e 5,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 representaram uma despesa de R\$ 2.195 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 2.396 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 201 milhões ou -8,4%. Houve um aumento de R\$ 1 bilhão em Outras Receitas Operacionais, líquidas em 2020 relacionado à formação da Joint Venture da Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A e a

venda da participação societária na subsidiária Raízen Conveniências S.A. para a Femsa Comércio S.A. O ganho acima foi parcialmente compensado pelo (i) aumento das despesas com vendas devido ao crescimento do volume da distribuição de combustíveis entre os períodos e, (ii) pelo aumento da conta de despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 que foi de R\$ 1.236 milhões comparativamente a R\$ 1.152 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 84,4 milhões ou 7,3%. Este aumento é atribuído substancialmente à aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, e pela inflação ocorrida no período. Despesas gerais e administrativas representaram 1,0% e 1,1% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente. Receitas (despesas) operacionais representaram 1,8% e 2,3% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 representou uma despesa de R\$ 1.615 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 792 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 824 milhões ou 104%. Este aumento é atribuído substancialmente à adoção da norma IFRS16 e aos efeitos da variação cambial sobre saldos não designados como hedge accounting. Resultado financeiro líquido representou 1,3% e 0,8% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 3.462 milhões comparativamente a R\$ 2.777 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 684 milhões ou 24,6%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 2,9% e 2,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi uma despesa de R\$ 1.066 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 542 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ (524) milhões ou 96,6%. Imposto de renda e contribuição social representaram 0,9% e 0,5% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído ao aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, conforme descrito nos itens anteriores e por items não recorrentes na declaração do Imposto de Renda em 2019, como a subvenção para importação do Diesel.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 2,396 milhões comparativamente a R\$ 2.235 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 161 milhões ou 7,2%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. Lucro líquido do exercício representou 2,0% e 2,1% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Comparação das principais contas patrimoniais combinadas consolidadas em 31 de Março de 2021 e 31 de Março de 2020

Em milhares de R\$	Em 31 de março de	
Em minares de rep	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.512.805	8.601.660
Títulos e valores imobiliários	134.940	39.145
Caixa Restrito	1.065.183	211.070
Instrumentos financeiros derivativos	3.248.855	5.016.307
Contas a receber de clientes	3.860.577	2.950.341
Estoques	5.617.048	5.435.170
Ativos biológicos	1.353.185	897.315
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	346.563	778.694
Tributos a recuperar	2.540.396	2.334.998
Outros ativos financeiros	37.633	314.273
Partes relacionadas	783.362	787.819
Ativos de contratos com clientes	475.045	475.305
Outros créditos	638.815	472.953
	26.614.407	28.315.050
	20.014.407	20.313.030
Não circulante Contas a receber de clientes	372.565	346.996
Instrumentos financeiros derivativos	3.264.107	3.128.089
Outros ativos financeiros	226.690	258.768
Tributos a recuperar	1.428.342	967.419
Partes relacionadas	1.273.403	1.264.924
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	326.033	541.797
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	2.412.174	1.279.947
Depósitos judiciais	521.627	471.753
Ativos de contratos com clientes	2.255.452	2.091.860
Outros créditos	406.314	371.982
Investimentos	1.317.291	1.325.210
Imobilizado	17.726.612	17.160.022
Intangível	3.154.712	2.976.155
Direito de uso	5.745.627	5.099.396
	40.430.949	37.284.318
Total do ativo	67.045.356	65.599.368
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	10.911.172	10.227.015
Passivo de arrendamento	1.150.239	1.174.750
Empréstimos e financiamentos	2.222.350	5.334.083
Partes relacionadas	1.509.070	1.494.946
Instrumentos financeiros derivativos	4.105.942	3.640.357
Ordenados e salários a pagar Imposto sobre a renda e contribuição	655.921	627.503
•		
social a pagar	234.909	229.094
Tributos a pagar	539.485	444.895
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	208.178	95.542
Adiantamento a clientes	471.042	239.546
Outras obrigações	596.755	1.844.487
	22.605.063	25.352.218
Não circulante		
Passivo de arrendamento	3.924.955	3.236.998
Empréstimos e financiamentos	22.222.123	19.993.287
Partes relacionadas	1.414.752	1.040.355
Instrumentos financeiros derivativos	292.905	108.123
Tributos a pagar	187.788	186.649
Provisão para demandas judiciais	1.575.811	1.558.883
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	1.797.488	1.903.225
Outras Obrigações	526.079	489.527
	31.941.901	28.517.047
Total do passivo	54.546.964	53.869.265

Em milhares de R\$	Em 31 de março de		
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores	12.129.956	11.364.386	
Participação dos acionistas não controladores	368.436	365.717	
Total do patrimônio líquido	12.498.392	11.730.103	
Total do passivo e patrimônio líquido	67.045.356	65.599.368	

Ativo Circulante

Em 31 de março de 2021, o ativo circulante era de R\$ 26.614 milhões, em comparação com R\$ 28.315 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 39,7% em 31 de março de 2021 e 43,2% em 31 de março de 2020. Esta redução em relação ao total do ativo, de 3,5 p.p., decorreu substancialmente devido à redução na linha de Caixa e equivalentes de caixa por conta de um fechamento da posição de caixa em 31 de março de 2020 acima do padrão normal, como estratégia de liquidez para crise do Covid-19.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 40.431 milhões, em comparação com R\$ 37.284 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 60,3% em 31 de março de 2021 e 56,8% em 31 de março de 2020. Este aumento em relação ao total do ativo, de 3,5 p.p., decorreu devido substancialmente ao crescimento na linha de Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos por conta de prejuízos nos dois primeiros semestres do ano 2021, resultado da redução de atividade econômica durante a crise do Covid-19.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2021, o passivo circulante era de R\$ 22.605 milhões, em comparação com R\$ 25.352 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 33,7% em 31 de março de 2021 e 38,6% em 31 de março de 2020. Esta redução em relação ao total do passivo, de 4,9 p.p. decorreu substancialmente de diminuição nas linhas de Empréstimos e Financiamentos por conta do alongamento do prazo dos financiamentos (movimento entre circulante e não circulante) e pagamento de dívidas de curto prazo com excesso de caixa.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 31.942 milhões, em comparação com R\$ 28.517 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 47,6 % em 31 de março de 2021 e 43,5 % em 31 de março de 2020. Este aumento em relação ao total do passivo, de 4,2 p.p. decorreu substancialmente do crescimento na linha de Empréstimos e Financiamentos, movimento reverso do mencionado no Passivo Circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 12,498 milhões, em comparação com R\$ 11.730 milhões em 31 de março de 2020. Esta variação de R\$ 768 milhões, deu-se substancialmente ao aumento nas linhas de Ajustes de Avaliação Patrimonial e Reservas de Lucros.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de Março de 2020 e 31 de Março de 2019

(Em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em		
Ativo	2020	2019	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8.601.660	5.740.037	
Títulos e valores imobiliários	39.145	268.413	
Caixa Restrito	211.070	275.715	
Instrumentos financeiros derivativos	5.016.307	797.405	
Contas a receber de clientes	2.950.341	3.360.364	
Estoques	5.435.170	4.051.837	
Ativos biológicos	897.315	813.995	
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	778.694	1.018.941	
Tributos a recuperar	2.334.998	1.831.187	
Outros ativos financeiros	314.273	306.457	
Partes relacionadas	787.819	962.937	
Ativos de contratos com clientes	475.305	429.718	
Outros créditos	472.953	465.288	
	20 245 050	20 222 204	
	28.315.050	20.322.294	
Não circulante	0.40.000		
Contas a receber de clientes	346.996	514.544	
Instrumentos financeiros derivativos	3.128.089	856.901	
Outros ativos financeiros	258.768	526.969	
Tributos a recuperar	967.419	462.077	
Partes relacionadas	1.264.924	1.353.760	
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	541.797	441.798	
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos			
	1.279.947	507.655	
Depósitos judiciais	471.753	449.117	
Ativos de contratos com clientes	2.091.860	2.000.061	
Outros créditos	371.982	249.934	
Investimentos	1.325.210	573.186	
Imobilizado	17.160.022	15.334.465	
Intangível	2.796.155	2.968.229	
Direito de uso	5.099.396		
	37.284.318	26.238.696	
Total do ativo	65.599.368	46.560.990	
Passivo	_		
Circulante			
Fornecedores	10.227.015	8.025.555	
Passivo de arrendamento	1.174.750	-	
Empréstimos e financiamentos	5.334.083	1.922.661	
Partes relacionadas	1.494.946	2.881.826	
Instrumentos financeiros derivativos	3.640.357	698.742	
Ordenados e salários a pagar	627.503	543.763	
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	229.094	99.582	
Tributos a pagar	444.895	487.878	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	95.542	37.553	
Adiantamento a clientes	239.546	96.421	
Outras obrigações	1.844.487	812.931	
	25.352.218	15.606.912	
Não circulante			
Passivo de arrendamento	3.236.998		
Empréstimos e financiamentos	19.993.287	15.341.640	
Partes relacionadas	1.040.355	421.048	
Instrumentos financeiros derivativos	108.123	43.657	
Tributos a pagar	186.649	188.798	
Provisão para demandas judiciais	1.558.883	1.477.922	
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	1.903.225	1.570.928	
Outras obrigações	489.527	518.081	
Total de massire	28.517.047	19.562.074	
Total do passivo	53.869.265	35.168.986	
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas controladores	11.364.386	11.115.876	
Participação dos acionistas não controladores	365.717	276.128	
Total do patrimônio líquido	11.730.103	11.392.004	
Total do passivo e patrimônio líquido	65.599.368	46.560.990	
			

Ativo circulante

Em 31 de março de 2020, o ativo circulante era de R\$ 28.315 milhões, em comparação com R\$ 20.322 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 43,2% em 31 de março de 2020 e 43,6% em 31 de março de 2019. Essa redução em relação ao total do ativo, de 0,4 p.p., decorreu substancialmente devido à redução na linha de Contas a receber de clientes por recebimentos antecipados de clientes, parcialmente compensados por captações (financiamentos) de curto prazo para aumento de liquidez.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 37.284 milhões, em comparação com R\$ 26.239 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 56,8% em 31 de março de 2020 e 56,4% em 31 de março de 2019. Este aumento em relação ao total do ativo, de 0,4 p.p., decorreu devido substancialmente ao aumento na linha de instrumentos financeiros derivativos motivados pela volatilidade dos mercados de cambio e commodity no inicio da crise de COVID-19, levando marcação a mercado dos produtos a uma alta.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2020, o passivo circulante era de R\$ 25.352 milhões, em comparação com R\$15.607 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 38,6% em 31 de março de 2020 e 33,5 % em 31 de março de 2019. Este crescimento em relação ao total do passivo, de 5,1 p.p.%, ocorre principalmente pelo crescimento na linha de Empréstimos e financiamentos de curto prazo, pela estratégia de aumentar a liquidez do Grupo Raízen no ínicio da crise do Covid-19. Em adição, crescimento do valor no balanço de derivativos passivos motivados pela volatilidade dos mercados de câmbio e commodity no inicio da crise, levando marcação a mercado dos produtos a uma alta.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 28.517 milhões, em comparação com R\$ 19.562 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 43,5% em 31 de março de 2020 e 42,0% em 31 de março de 2019. Este aumento em relação ao total do passivo, de 1,5 p.p., está substancialmente em linha com o mesmo período do ano anterior. Vale destacar o aumento nominal de R\$ 9 bilhões por conta de aumentos de empréstimos e financiamentos de longo prazo e adoção do IFRS 16.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2020, o patrimônio líquido era de R\$11.730 milhões, em comparação com R\$11.392 milhões em 31 de março de 2019. Esta variação de R\$338 milhões, deu-se substancialmente devido ao aumento do lucro líquido no exercício.

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA COMBINADO DO GRUPO RAÍZEN

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado do Grupo Raízen para os períodos indicados:

	Exercícios sociais encerrados em		
(em R\$ milhares)	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.705.486	7.789.419	6.386.703
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(3.321.041)	(5.078.107)	(3.614.080)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(4.718.545)	(907.512)	(880.954)
(Decréscimo) acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	(2.334.100)	1.803.800	1.891.669

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa nas atividades operacionais totalizou R\$ 5.705 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2021, comparado a R\$ 7.789 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução de R\$ 2.084 milhões, ou 27%, é justificada pela redução de Lucro Líquido em 2021 por conta dos impactos da pandemia do Covid-19 e pelo aumento em caixa restrito por conta do aumento do preço do açúcar em mercados internacionais que exigem chamadas de margens para as posições vendidas dos derivativos correspondentes.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 3.321 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, comparado a uma utilização de R\$ 5.078 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução de R\$ 1.757 milhões ou 35%, é justificada pela redução de pagamentos para aquisições de negócios e adições ao investimento (operação de compra da Shell Argentina teve pagamentos em 2020).

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 4.719 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, comparado a uma utilização de R\$ 907 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020. Esse maior consumo de caixa de R\$ 3.811 milhões, ou aumento de 420% é justificado por captações antecipadas em 31 de março de 2020, buscando dar maior liquidez para o Grupo Raizen no início da pandemia de Covid-19 e que foram em boa parte amortizadas durante o exercício encerrado em 31 de março de 2021.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2019

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$ 7.789 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020, comparado a R\$ 6.386 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2019. Esse aumento de R\$ 1.402 milhões ou 22%, é justificado pela melhoria dos resultados operacionais em 2020 e iniciativas de gestão de capital de giro como operações de adiantamentos de recebimento de clientes e redução dos prazos de cobrança.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 5.078 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020, comparado a uma utilização de R\$ 3.614 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2019. Esse maior consumo de caixa de R\$ 1.464 milhões é justificado por maiores pagamentos para aquisições de negócios e adições ao investimento (operação de compra da Shell Argentina teve pagamentos em 2020 maiores do que em 2019).

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 908 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020, comparado a uma utilização de R\$ 881 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2019. Esse aumento de R\$ 26 milhões é caracterizado pelo aumento de captações em março 2020 para aumento de liquidez em período de pandemia de Covid-19, compensado por maiores pagamentos de passivos de arrendamento, devido a maiores dividendos pagos aos acionistas.

10.2 - Resultado operacional e financeiro Resultados das operações do Grupo:

Descrição de quaisquer componentes importantes do Resultado Operacional

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados do Grupo Raízen, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

Receita Operacional Líquida

O Grupo Raízen apresenta a receita operacional líquida após a dedução dos impostos federais e estaduais brasileiros incidentes sobre as vendas brutas (ICMS, PIS, COFINS), IPI (imposto federal sobre valor agregado incidente sobre as vendas brutas da Companhia no mercado brasileiro a taxas que variam por produto). O detalhamento por produto da receita operacional líquida é como segue:

Combinado Consolidado		Exercício social encerrado	em 31 de março de
Em R\$ milhares	2021	2020	2019
Diesel	45.114.347	46.057.231	39.988.988
Gasolina	32.680.344	36.692.732	33.285.917
Etanol ⁽¹⁾	18.594.320	19.165.586	14.748.890
Jet A-1	1.515.466	6.661.097	6.405.478
Açúcar	11.376.188	4.646.782	3.902.099
Energia	2.109.567	3.866.040	3.463.542
Outros	3.211.756	3.491.082	2.178.124
Total de Receita Operacional Líquida	114.601.988	120.580.550	103.973.038

⁽¹⁾ Considera a receita operacional líquida (i) pela Raízen S.A., no exercício social encerrado em 2021, 2020 e 2019, respectivamente, no saldo de R\$ 7.432.107 mil, R\$ 9.099.499 mil e R\$ 7.875.815 mil para 2021, 2020 e 2019, respectivamente; e pela Raízen S.A., no exercício social encerrado em 2021, 2020 e 2019, respectivamente, no saldo de R\$ 11.162.213 mil, R\$ 10.066.087 mil e R\$ 6.873.075 mil para 2021, 2020 e 2019, respectivamente.

Estrutura de custos e despesas por natureza

A estrutura de custos e despesas por natureza pode ser dividida em: custos que estão ligados aos preços de produtos do Grupo Raízen e custos que não estão ligados aos preços desses produtos.

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por natureza. A reconciliação do resultado do Grupo Raízen por natureza para os exercícios encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 está detalhada como segue:

Combinado Consolidado	inado Consolidado Exercício social encerrado em 31 de março de				
	2021	2020	2019		
Combustíveis para revendas, matérias primas					
e custos de coletas e transferências	(101.092.646)	(108.551.889)	(93.609.732)		
Despesas com pessoal	(2.087.206)	(1.964.129)	(1.857.145)		
Depreciação e amortização	(4.733.468)	(3.951.911)	(2.452.718)		
Corte carregamento e transporte	(1.134.116)	(937.546)	(931.944)		
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(27.341)	9.686	(266.494)		
Mudança no valor justo dos ativos biológicos	468.563	3.195	5.335		
Materiais de manutenção	(464.873)	(395.740)	(383.759)		
Despesas comerciais	(602.091)	(514.833)	(359.552)		
Mão-de-obra contratada	(527.676)	(476.084)	(392.444)		
Despesas de logística	(325.994)	(350.348)	(302.858)		
Outros	(757.326)	(505.736)	(1.135.928)		
Total de custos e despesas por natureza	(111.284.174)	(117.635.335)	(101.687.239)		

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

A Administração entende que, além dos fatores descritos no item 7.1, 4.1 e 4.2 os resultados operacionais do Grupo Raízen foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos sequintes fatores-chave:

Ambiente Econômico Brasileiro

A economia brasileira tem sido historicamente caracterizada por variações significativas no crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio. Os resultados operacionais e situação financeira do Grupo Raízen são influenciados por esses fatores e pelo efeito que esses fatores têm sobre as taxas de desemprego, a disponibilidade de crédito e os salários médios no Brasil. A tabela a seguir apresenta as taxas de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio brasileiras para os períodos indicados:

Exercício social encerrado em 31 de marco de

	ue		
	2021	2020	2019
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	-4,1%	1,0%	1,6%
Inflação (IGP-M)	31,10%	6,81%	8,27%
Inflação (IPCA) ⁽²⁾	6,1%	3,3%	4,6%
Taxa interbancária– CDI (média) ⁽³⁾	2,2%	5,4%	6,4%
Taxas de juros de longo prazo (média) ⁽⁴⁾	4,7%	5,7%	6,8%
Taxa de câmbio ao final do período por cada U.S.\$1.00	5,70	5,20	3,90
Taxa de câmbio média por cada U.S.\$1.00	5,41	4,12	3,78
Apreciação (depreciação) do real em relação ao dólar estadunidense ⁽⁵⁾	-24%	-8%	-15%

Fontes: IBGE, Banco Central, B3 e FGV.

Qualquer deterioração na taxa de crescimento econômico, ou mudanças nas taxas de juros, na taxa de desemprego ou nos níveis de preços geralmente no Brasil e em gualquer um dos mercados em que operamos, pode limitar a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra de nossos clientes, afetando assim adversamente a demanda por nossos produtos. Para mais informações veja a seção 4 deste Formulário de Referência "Fatores de Risco - Nosso negócio pode ser adversamente afetado por acontecimentos e riscos econômicos, políticos, sociais ou outros desfavoráveis nos países em que operamos.".

⁽¹⁾ Até a data de emissão desse Formulário de Referência, não foi publicado pelo IBGE dados relativos ao PIB de Março de 2021. Foi incluído na tabela o PIB de Dezembro 2020 (últimos 12 meses), trimestre imediatamente anterior a Março 2021, como referencia. Demais valores de 1,0% e 1,6%, fazem referência a Março 2020 e Março 2019, respectivamente. (2) O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE.

⁽³⁾ CDI refere-se à média das taxas de empréstimo interbancário overnight no Brasil.

⁽⁴⁾ A taxa de juros de longo prazo brasileira, ou "TJLP", é a taxa aplicável aos empréstimos de longo prazo do BNDES.

⁽⁵⁾ Comparando a taxa de câmbio PTAX (taxa calculada pelo Banco Central) no final do último dia do período com o dia imediatamente anterior ao primeiro dia do período discutido, PTÀX é a taxa de câmbio calculada no final de cada dia pelo Banco Central. É a taxa média de todos os negócios realizados em dólares estadunidenses na data determinada no mercado de câmbio interbancário.

Etanol e Açúcar

Os 2 principais derivados de cana-de-açúcar produzidos pelo Grupo Raízen – etanol e açúcar –são afetados pelos preços domésticos brasileiros e internacionais, pela concorrência, pelas políticas governamentais e pela demanda do mercado. Em particular, o etanol como combustível alternativo ou aditivo à gasolina, sofre influência no mercado doméstico por seu preço relativo ao da preço da Gasolina. Para mais informações, o Item 7 deste relatório detalha a dinâmica de preços do mercado de combutíveis.

O preço do etanol que o Grupo Raízen vende no Brasil é fixado de acordo com os preços de mercado, utilizando como referência índices semanais publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e pela B3. Os preços do etanol e do açúcar que o Grupo Raízen exporta são estabelecidos com base nos preços do mercado internacional, incluindo o contrato futuro lançado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros de Nova York. Os preços do álcool industrial e engarrafado comercializados pelo Grupo Raízen também são estabelecidos com base nos preços de mercado e têm sido historicamente maiores que os preços de mercado do etanol.

Demanda por Combustíveis

A demanda por gasolina, etanol e diesel é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil e na Argentina, e também pode flutuar dependendo do desempenho de certas indústrias. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica afetaria negativamente a demanda por combustíveis.

Flutuações da moeda

Uma proporção significativa das vendas de açúcar do Grupo Raízen é realizada em dólares estadunidenses. Portanto, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito de aumentar a receita das vendas de açúcar do Grupo Raízen. Por exemplo, os resultados da Grupo Raízen para o ano encerrado em 31 de março de 2021 foram positivamente influenciados por uma depreciação material do real durante o período (a taxa de câmbio média real/dólar estadunidense durante o ano encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 5,41 por US\$ 1,00, comparado a R\$ 4,12 por US\$ 1,00 durante o ano encerrado em 31 de março de 2020). Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito oposto.

Uma proporção significativa da dívida do Grupo Raízen está atrelada à cotação dos dólares estadunidenses. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas do Grupo Raízen. Entretanto, o Grupo Raízen tem contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, o que compensaria parcialmente o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira do Grupo Raízen. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito oposto.

A fim de mitigar os efeitos de uma flutuação potencial do dólar estadunidense, o Grupo Raízen opera sob rigorosas políticas de gerenciamento de risco, que incluem um Comitê de Risco que se reúne semanalmente para discutir e monitorar os preços do açúcar, exposições cambiais, as posições de hedge do Grupo Raízen, chamadas de margem (*cash at risk*), risco de contraparte e cenários de estresse.

Sazonalidade

O Grupo Raízen está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de cultivo da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de colheita da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil começa em abril / maio e termina em novembro / dezembro. Isto cria variações no estoque, que normalmente é alto em novembro devido à dinâmica da colheita e um grau de sazonalidade no lucro bruto das vendas de etanol e açúcar, e é significativamente menor no trimestre que termina em 31 de março.

Nenhum dos outros segmentos comerciais do Grupo Raízen está sujeito a tendências sazonais significativas.

Inflação

As taxas de inflação no Brasil foram de 2,95% em 2017, 3,75% em 2018 e 4,31% em 2019, conforme medido pelo IPCA. A taxa de inflação atingiu um nível de 3,3% para o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2020 e 6,1% para o período encerrado em 31 de março de 2021.

A inflação afeta o desempenho financeiro do Grupo Raízen ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas ao dólar estadunidense). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. Entretanto, a inflação não teve um impacto material nos negócios da Companhia durante os períodos apresentados.

Outros Fatores

A Administração entende que os outros fatores que podem impactar os resultados operacionais do Grupo Raízen incluem:

- transações de hedge;
- barreiras comerciais nos Estados Unidos, Europa e outros mercados que atualmente limitam o acesso à sua indústria açucareira interna através de cotas, subsídios e restrições às importações;
- a evolução do uso de derivados de etanol como alternativa aos derivados de petróleo e como combustível de queima mais limpa, derivado de fontes renováveis;
- as mudanças nos preços internacionais do petróleo (baseados em dólares estadunidenses) e as mudanças relacionadas nos preços domésticos do petróleo (denominados em reais);
- a taxa de crescimento da economia global e seu consequente crescimento no consumo mundial de combustíveis:
- desenvolvimentos com respeito à pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo (ver também "Fatores de Risco - Nossos negócios, operações e resultados podem ser afetados adversamente pelo surto do coronavírus (causador da COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global."); e
- as políticas fiscais adotadas pelos governos federal e estaduais brasileiros (incluindo incentivos fiscais dos quais o Grupo Raízen se beneficia), e a obrigação fiscal resultante.
- b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores do Grupo Raízen afirmam que as variações na receita operacional líquida dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 são explicadas principalmente pelo resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, ao aumento nos preços de diesel e gasolina no Brasil e aumento de preços de açúcar no Brasil e nos mercados internacionais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme exposto no item 10.2.b acima, uma proporção significativa das vendas de açúcar do Grupo Raízen é realizada em dólares estadunidenses. A estratégia de protecao cambial do Grupo Raízen visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do cambio impactam a formação de preço de commodities negociadas pelo Grupo Raízen.

Uma proporção significativa da dívida do Grupo Raízen está atrelada à cotação do dólar estadunidense. Logo, a depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumenta a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas do Grupo Raízen. Entretanto, o Grupo Raízen tem política ativa de hedge que, conjuntamente com contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, compensaria significativamente o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira do Grupo Raízen.

A inflação, conforme disposto no item 10.2.b acima, afeta o desempenho financeiro do Grupo Raízen ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas ao dólar estadunidense). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. Não obstante, a inflação não teve um impacto material nos negócios do Grupo Raízen durante os períodos apresentados.

De um modo geral, a variação de preço dos principais insumos e produtos comercializados e distribuídos pelo Grupo Raízen é repassado aos seus consumidores finais, impactando a receita do Grupo Raízen.

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 são o CDI e IGP-M.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras - Combinado Consolidado

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve quaisquer introduções ou alienações de segmentos operacionais no Grupo Raízen nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa. No entanto, em 2021 o Grupo Raízen se reorganizou para direcionar o foco de suas operações como uma empresa integrada de energia proveniente de fontes renováveis, neste contexto, os principais tomadores de decisões operacionais passaram a considerar a perspectiva de atividades de negócio, resultando em três segmentos operacionais: (i) Açúcar, (ii) Renováveis e (iii) Marketing e serviços (conforme descrito no item 7.2 deste Formulário de Referência).

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante os exercícios encerrados em 31 de março 2021, 2020 e 2019, o Grupo Raízen passou pelas seguintes reestruturações internas e combinações de negócios: i) Aquisição da Raízen Argentina e Controladas; ii) Venda parcial dos investimentos da Raízen Conveniências Ltda. (conforme descrito no item 15.7 deste Formulário de Referência).

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação ao Grupo Raízen ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados do Grupo Raízen.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor - Combinado Consolidado

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras combinadas consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Leidas Sociedades por Ações, as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionaisde contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Grupo Raízen.

Abaixo listamos mudanças nas práticas contábeis, por alterações dos pronunciamentos técnicos vigentes no país e aplicáveis ao Grupo Raízen:

a) IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos

Aspectos gerais

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva, no caso do Grupo Raízen em 1º de abril de 2019.

À luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que o Grupo Raízen reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas, locação de maquinários e implementos agrícolas, aluguéis de imóveis e caminhões. Além disso, a naturezadas despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, pois a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direitode uso e juros sobre os passivos de arrendamento.

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas em Relação a Tratamentos Tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 Income Taxes) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável, nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, no caso do Grupo Raízen, a partir de 1º de abril de 2019 e não foi identificado impactos relativos pela referida interpretação, já que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras do Grupo Raízen.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos

O Grupo Raízen optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para o ano anterior não foi reapresentada.

Adicionalmente, os seguintes principais expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos: (a) aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a todos os contratos celebrados antes de 1º de abril de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com CPC 06 (IAS 17) e interpretações relacionadas; (b)utilização de taxa de desconto nominal única para todos os contratos semelhantes; (c) não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma; (d) foi considerada a experiência passada naavaliação das opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável. Conforme previstona norma, o Grupo Raízen também não aplicou a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para contratos com prazo de vigência indeterminado.

O quadro abaixo sumariza os impactos iniciais da aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2):

Balanços patrimoniais em 31 de março e 1º de abril de 2019:

	Divulgado em 31.03.2019		Saldo em 01.04.2019
Ativo			
Circulante			
Outros créditos	465.288	(132.997)	332.291
Demais ativos	19.857.006		19.857.006
Total do ativo circulante	20.322.294	(132.997)	20.189.297
Não circulante			
Direito de uso	-	4.484.623	4.484.623
Demais ativos	26.238.696		26.238.696
Total do ativo não circulante	26.238.696	4.484.623	30.723.319
Total do ativo	46.560.990	4.351.626	50.912.616
Passivo			
Circulante			
Passivo de arrendamento	-	826.099	826.099
Partes relacionadas	2.881.826	134.048	3.015.874
Demais passivos	12.725.086	-	12.725.086
Total do passivo circulante	15.606.912	960.147	16.567.059
Não circulante			
Passivo de arrendamento	-	2.804.768	2.804.768
Partes relacionadas	421.048	586.711	1.007.759
Demais passivos	19.141.026		19.141.026
Total do passivo não circulante	19.562.074	3.391.479	22.953.553
Patrimônio líquido	11.392.004		11.392.004
Total do passivo e patrimônio líquido	46.560.990	4.351.626	50.912.616

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas consolidadas do Grupo Raízen dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019 foram emitidos sem ressalvas respectivamente em 29 de maio de 2021, 05 de junho de 2020 e 17 de maio de 2019.

Os relatórios dos auditores indepedentes sobre as demonstrações financeiras mencionadas foram emitidos contendo parágrafo de ênfase sobre a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas consolidadas e restrição sobre distribuição ou uso das informações. Ressaltamos que nossas demonstrações financeiras combinadas consolidadas contemplam as Companhias Raízen

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Energia S.A. e Raízen S.A. (antiga Raízen Combustíveis S.A.) e foram preparadas com base nas definições de controle em consonância ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, onde avaliamos a existência de controle compartilhado comum como também o procedimento e critérios de consolidação requeridos.

Entendemos que este tipo de ênfase é feita usualmente por auditores em demonstrações financeiras combinadas consolidadas com o objetivo de chamar atenção do leitor para o fato de que as demonstrações financeiras combinadas consolidadas utilizam critérios diferentes daqueles utilizados em uma demonstração financeira de uma entidade legal existente em seu nível consolidado. Dessa forma, tais demonstrações devem ser utilizadas e interpretadas apenas para seus fins específicos. Para maiores informações, vide nota 2.2 das demonstrações financeiras combinadas consolidadas do Grupo Raízen.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas - Combinado Consolidado Políticas e Estimativas Críticas de Contabilidade

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados deativos, passivos, receitas e despesas no final do período de relatório. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente eas mudanças são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja mudança significativa nos fatos e circunstâncias nas quais as estimativas e suposições feitas estão baseadas, pode haver um impacto material nos resultados e na posição financeira do Grupo Raízen.

Informações resumidas sobre juízos de valor, suposições e incertezas de estimativa na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas consolidadas estão incluídas como seque:

Arrendamentos. A partir de 1º de abril de 2019, o Grupo Raízen adotou prospectivamente a IFRS 16 e reconheceu um ativo de direitos de uso que representa nosso direito de usar ativos arrendados e passivos de arrendamento representando nossa obrigação de fazer pagamentos de arrendamento. Como resultado, nossas despesas de arrendamento linear foram substituídas pela amortização destes direitos de uso e despesas com juros sobre estes passivos de arrendamento. Embora a IFRS16 altere o momento e a apresentação dessas despesas, o impacto geral sobre o lucro líquido do Grupo Raízen permanecerá inalterado durante a vigência de cada contrato. Determinar se um contrato é ou contém um arrendamento, o prazo do arrendamento e a taxa incremental de empréstimo requer que a Administração faça julgamentos relevantes.

Imobilizado, instalações e equipamentos e ativos intangíveis, incluindo fundo de comércio. Otratamento contábil dado ao ativo imobilizado, instalações e equipamentos e aos ativos intangíveis inclui estimativas para determinar a vida útil para fins de depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição dos ativos adquiridos através de combinações de negócios. Atualmente, o Grupo Raízen realiza impairment tests sobre os ativos com vida útil indefinida, especialmente o ágiosuportado pela rentabilidade futura. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa para a qual o ágio foi alocado também inclui o uso de estimativas e suposições e requer um grau significativo de julgamento da Administração.

Imposto de renda e contribuição social diferidos. Os ativos de imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que éprovável que haja lucros tributáveis futuros para permitir sua utilização no futuro. É necessário um julgamento substancial da Administração para determinar o valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo razoável e no valor do lucro tributável futuro, juntamente com a racionalização do imposto futuro.

Valor justo dos instrumentos financeiros. Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira não pode ser obtido de mercados ativos, eleé determinado pelo uso de técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para estes métodos são baseados naqueles adotados pelo mercado, quando possível. Entretanto, quando tais dados não estão disponíveis, é necessário um certo nível de julgamento para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo apresentado para os instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisão para contingências tributárias, civis, ambientais e trabalhistas. O Grupo Raízen constitui uma provisão para contingências tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A determinação da probabilidade de perda inclui a determinação de provas disponíveis, hierarquia de leis, jurisprudência disponível, as decisões judiciais mais recentes e sua relevância no sistema jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. Tais disposições são revistas e ajustadas para levar em conta mudanças nas circunstâncias, tais como os prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeção fiscal ou exposições adicionais identificadas com base em novas decisões judiciais.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a pagar. O Grupo Raízen está sujeita ao imposto de renda e à contribuição social em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para o imposto de renda nesses vários países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo Raízen também reconhece provisões para cobrir certas situações nas quais é provável que montantes adicionais de impostos sejam devidos. Quando os resultados finais de tais questões diferem dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam as obrigações fiscais correntes e diferidas no período em que o valor definitivo é determinado.

Ativos biológicos. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos da variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. O Grupo Raízen revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- 10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: Combinado Consolidado
- (a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- (i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais do Grupo Raízen referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais o Grupo Raízen mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais do Grupo Raízen referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais do Grupo Raízen referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais do Grupo Raízen referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais do Grupo Raízen referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Raízen relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- 10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar Combinado Consolidado:
- a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Raízen relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Raízen relativas ao exercício social encerrado 31 de março de 2021.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Raízen relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos: - Combinado Consolidado

- (a) Investimentos
- (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Há investimentos previstos pelo Grupo Raízen que seguem o planejamento financeiro aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício encerrado em 31/03/2022. As premissas macroeconômicas utilizadas são baseadas em dados de reconhecidas consultorias terceirizadas e de outras fontes públicas, à época da realização do planejamento financeiro.

Na safra 2021/22, há uma previsão de investimentos na ordem de R\$5.449 milhões, destinados principalmente à plantio e trato dos canaviais (R\$ 1.446 milhões), manutenção de ativos industriais, agrícolas, de logística e distribuição e de ativos relacionados com adaptação e continuidade dos padrões de saúde, segurança e meio ambiente relacionados à produção de açúcar, etanol e energia elétrica (R\$1.451 milhões), melhorias e expansões relacionados à açúcar, etanol e energia elétrica (R\$351 milhões), expansão e renovação da rede de postos revendedores (R\$559 milhões) seguindo a estratégia da expansão da rede do Grupo Raízen, na infraestrutura e para os terminais de distribuição no Brasil (R\$334 milhões). Na Argentina, do total de R\$ 1.130 milhões, aproximadamente R\$ 690 milhões se referem a um projeto não recorrente de modernização do parque de refino, enquanto os demais investimentos recorrentes são para manutenção e demais melhorias operacionais.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de capital para os investimentos do Grupo Raízen vem de seu fluxo de caixa, além de possíveis operações de captação de recursos junto a bancos privados e/ou em ofertas públicas de títulos e valores mobiliários.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, O Grupo Raízen não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva do Grupo Raízen.

- (c) Novos produtos e serviços
- (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9- Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo Raízen implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus colaboradores, além de garantir a segurança e a continuidade de suas operações, uma vez que a comercialização e distribuição de combustíveis são consideradas atividades essenciais.

Neste cenário, o Grupo Raízen vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes e os principais efeitos da pandemia da Covid-19 em nossos resultados operacionais estão demonstrados a seguir:

(i) Premissa da continuidade operacional

As demonstrações financeiras combinadas consolidadas do Grupo Raízen foram confeccionadas e estão sendo divulgadas considerando a premissa de continuidade operacional de seus negócios relevantes.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários

O Grupo Raízen avaliou indicativos de uma perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários e concluiu que, mesmo com uma potencial redução nos fluxos de caixa e resultados esperados para a safra 2021/2022, o valor em uso das unidades geradoras de caixa continua sendo significativamente superior ao seu valor contábil, bem como, no caso dos tributos, a expectativa de base tributável dos principais tributos permanece, além do fato da maior parte dos tributos não ter vencimento para compensação.

(iii) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

As perdas pela redução ao valor recuperável associada ao risco de crédito sobre os ativos financeiros são calculadas com base na expectativa futura de perda, considerando a situação individual dos clientes e do grupo econômico ao qual pertencem. Considerando que o Grupo Raízen opera majoritariamente com garantias reais de seus clientes, mantém uma análise criteriosa de crédito e, quando aplicável, exige antecipações de dinheiro para envio de produtos, não houve reconhecimento adicional relevante devido à Covid-19.

(iv) Redução ao valor realizável de estoques

O Grupo Raízen utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, líquido das despesas de venda, como premissa do valor realizável líquido. Portanto, o declínio nos preços, principalmente do etanol no Brasil e derivados de petróleo na Argentina impactados pela queda no consumo causada pelo isolamento social, resultou no reconhecimento de uma perda estimada com realização de estoques consolidada de R\$ 42.707 mil em 31 de março de 2021.

(v) Liquidez

Durante o período de pandemia, o Grupo Raízen adotou estratégia conservadora de manter níveis de liquidez acima do normalmente praticados. Ainda durante o exercício encerrado em 31 de março de 2021, o Grupo Raízen manteve acesso a diversas fontes de financiamentos, tendo realizado captações nos mercados internacional e doméstico de títulos, além de fontes usuais de instituições financeiras, no montante de R\$ 3.584.510 mil. Adicionalmente, o Grupo Raízen manteve revolving credit facilities,

linhas de crédito não utilizadas até o momento que totalizam US\$ 1 bilhão. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2021, o Grupo Raízen recebeu upgrade em seu rating de crédito, pela Moody's, para investment grade e a manutenção do mesmo pelas S&P e Fitch.

(vi) Capex

O Grupo Raízen define Capex (Capex Expenditure – Despesas de Capital) como as adições de imobilizado e intangível, incluindo ativos de contratos com clientes e excluindo aquisições. O Grupo Raízen não estima reduções nem impactos significativos nos seus investimentos recorrentes e operacionais para a safra 2021/2022, mas sim uma racionalização em projetos de expansão não relacionados às atividades operacionais do Grupo Raízen que serão postergados para os próximos anos.

(vii) Arrendamentos

Não houve alterações nos montantes anteriormente registrados como ativo de direito de uso ou passivo de arrendamento como consequência de modificação contratual atrelada a Covid-19.

(viii) Compromissos contratuais

Até o momento não há execução nem contra nem a favor do Grupo Raízen sobre seus contratos, quer seja via distrato ou exercício jurídico de cláusulas de força maior.

Outras informações

Até o exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o Grupo Raízen ainda não havia realizado a reorganização societária que resultou na incorporação da Raízen Energia S.A. pela Companhia.

Diante disso, com vistas a possibilitar a melhor compreensão sobre a estrutura do Grupo Raízen, apresentamos abaixo as informações consolidadas pertinentes ao item 10.9.1 e 10.9.2 do Formulário de Referência exclusivamente da Raízen S.A. (pré-reorganização societária, anteriormente denominada Raízen Combustíveis S.A.), não abarcando assim as informações financeiras da Raízen Energia S.A.

10.9.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Tendo como finalidade a participação em sociedades do segmento de distribuição de combustíveis, temos como atividades principais, por meio de nossas subsidiárias; (i) distribuição e comercialização de derivados de petróleo e etanol, e outros hidrocarbonetos fluidos e seus subprodutos, da marca Shell, (ii) comercialização de gás natural; (iii) importação e exportação dos produtos citados acima; (iv) negócios, por meio de suas subsidiárias argentinas, de refino de petróleo e fabricação e comercialização de lubrificantes automotivos e industriais; e (v) a participação em outras sociedades.

Adotamos políticas financeiras e de tesouraria destinadas a promover um perfil de crédito compatível com o *investment grade* nos *ratings* corporativos das agências de classificação de risco ("<u>Grau de Investimento</u>"). Consequentemente, atualmente aderimos aos seguintes princípios-chave:

- foco no financiamento de gastos de capital recorrentes/operacionais a partir de fluxos de caixa operacionais, com um amortecimento para cenários adversos; e
- pagamentos de dividendos estabelecidos anualmente, levando em consideração (1) o caixa gerado durante o período, (2) nosso plano de crescimento, (3) acesso ao financiamento, e (4) manutenção de um perfil de crédito proporcional a um Grau de Investimento.

Entendemos que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar nosso plano de negócios e cumprir com nossas obrigações de curto e médio prazo, considerando que mantemos um perfil de amortização de dívida altamente gerenciável e nos beneficiamos de liquidez adequada.

Adicionalmente, a liquidez da Companhia também é reforçada por possuir linha de crédito rotativo, denominada *revolving credit facilities*, não utilizadas até o momento que totalizam US\$ 1 bilhão.

Do total de *revolving credits facilities*, a Companhia possui contrato de linha de crédito com seus acionistas no valor total equivalente a US\$ 700.000 mil, não utilizada até o término destas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

Beneficiária	Instituição	Valor em US\$ mil	<u>Vencimento</u>
Raízen	Shell Finance (Netherlands) B.V. e Cosan S.A.	700.000	Maio/2025

Assim, nossa estabilidade de geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

	Em 31 de março de				
(R\$ milhares) Consolidado	2021	2020	2019		
Ativo	31.392.153	29.179.467	23.558.857		
Circulante	14.438.269	13.395.104	12.299.488		
Não Circulante	16.953.884	15.784.363	11.259.369		
Passivo	25.782.311	25.025.913	20.494.505		
Circulante	12.910.822	11.980.903	10.031.549		
Não Circulante	12.871.489	13.045.010	10.462.956		
Patrimônio Líquido	5.609.842	4.153.554	3.064.352		
Passivo e Patrimônio Líquido	31.392.153	29.179.467	23.558.857		

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, tributos a recuperar e estoques. Já o passivo circulante, é constituído em especial por fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices Fórmula	Fórmula	Em 31 de março de		
Consolidado		2021	2020	2019
Endividamento Total (ET)	ET = Passivo total × 100 Ativo total	82,1	85,8	87,0
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	ECP = Passivo Circulante × 100 Ativo total	41,1	41,1	42,6
Liquidez Corrente (LC)	LC = Ativo Circulante Passivo Circulante → 100	111,8	111,8	122,6

Os índices de endividamento total e endividamento de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pela Companhia (ativo total).

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía uma posição em Dívida Bruta, calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos, no valor de R\$7.585.167 mil. A Dívida Líquida foi de R\$5.138.658 mil. Houve uma diminuição na Dívida Bruta em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, a amortizações de dívidas.

As informações financeiras patrimoniais da Raízen, com base na avaliação dos diretores da Companhia, demonstram um adequado nível de endividamento, considerando que a disponibilidade de liquidez da Companhia é suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo. Nossas fontes de liquidez tradicionalmente consistem em fluxos de caixa de nossas operações e empréstimos de longo prazo.

Acreditamos que nosso capital de giro atual e a liquidez corrente é suficiente diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios e esperamos atender a eventuais necessidades de capital de giro por meio de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo ou ofertas de títulos de dívida ou de capital no mercado brasileiro e mercados de capitais internacionais.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, o fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento foram financiadas principalmente pelo aumento da Dívida Líquida.

Nossa Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

b. Estrutura de Capital

Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

O Grupo Raízen, no qual a Companhia está inserida, possui relação com as principais agências de *rating* locais e internacionais, conforme demonstrados abaixo:

Agência	Escala	Rating	Outlook	Data
Fitch	Nacional Global Nacional	AAA (bra) BBB	Estável Negativo Estável	28/05/2020 28/05/2020 09/12/2020
Moody's	Global Nacional	Aaa.Br Baa3 brAAA	Estavel Estável Estável	09/12/2020 09/12/2020 29/06/2020
Standard & Poor's	Global	BBB-	Estável	29/06/2020

A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (*leverage*) representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio e Dívida Líquida e os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, que foram calculados como segue:

(Em milhares de R\$, exceto %) - Consolidado	%) - Consolidado Em 31 de março de		
	2021	2020	2019
Dívida Líquida			
Empréstimos e financiamentos	7.585.167	8.461.079	5.091.112
(Circulante e não Circulante)	3.423.635	3.116.405	3.059.942
PPEs intragrupo (-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.604.779)	(2.167.058)	(2.818.591)
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	-	(18.114)	(17.281)
(-) Swaps de taxa de câmbio, de juros e outros derivativos	(3.265.365)	(2.996.253)	(629.610)
Capital próprio Patrimônio líquido	5.138.658	6.396.059	4.685.572
Atribuído aos acionistas da Controladora			
Participação dos acionistas não controladores	5.326.327	3.894.531	2.823.487
	283.515	259.028	240.865
	5.609.842	4.153.559	3.064.352
Total de Dívida Líquida e Capital Próprio	10.748.500	10.549.618	7.749.924
Índice de alavancagem financeira ⁽¹⁾	47,8%	60,6%	60,5%

⁽¹⁾ Calculado como Dívida Líquida dividido pela soma de Capital Próprio e de Dívida Líquida

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia considerando a análise vertical do passivo e patrimônio líquido:

		Em 31 de março de					
(R\$ milhares, exceto %) Consolidado	2021	AV (%)*	2020	AV (%)*	2019	AV (%)*	
Passivo	25.782.311	82,1%	25.025.913	85,8%	20.494.505	87%	
Patrimônio Líquido	5.609.842	17,9%	4.153.554	14,2%	3.064.352	13%	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	31.392.153	100,0%	29.179.467	100%	23.558.857	100%	

^{*}Análise vertical

O patrimônio líquido é de R\$ 5.609.842 mil em 31 de março de 2021, perfazendo uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 91,6%. A Dívida Líquida e a Dívida Bruta estão definidos no item 3.2 deste Formulário de Referência.

Nossa Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de liquidez corrente da Companhia em 31 de março de 2021 era de 111,8. Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía R\$ 7.585.167 mil de empréstimos e financiamentos.

A Administração da Companhia informa que avaliou a habilidade da empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos (circulante e não circulante), o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, e está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los, considerando, inclusive, o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para maiores informações veja o item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência, no qual estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos circulante e nâo circulante), de R\$ 7.585.167 mil, dos quais R\$ 7.143.732 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 441.435 mil eram representados por dívidas de curto prazo (circulante).

A Dívida Bruta da Companhia diminui em R\$ 875.912 mil entre 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020, principalmente em decorrência das amortizações de PPE (Pré-pagamento à exportação) pela Companhia no período.

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 8.461.079 mil, dos quais R\$ 6.724.671 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 1.736.408 mil eram representados por dívidas de curto prazo (circulante).

A Dívida Bruta da Companhia aumentou R\$ 3.369.967 mil entre 31 de março de 2019 e 31 de março de 2020, principalmente em decorrência das emissões de PPE (Pré-pagamento à exportação) pela Companhia no período no montante de US\$ 441.409 mil (R\$ 2.383.608 mil¹).

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 5.091.112 mil, dos quais R\$ 4.674.547 mil eram representados por dívidas de longo prazo (não circulante) e R\$ 416.565 mil eram representados por dívida de curto prazo (circulante).

PÁGINA: 56 de 72

¹ Fator de conversão de moeda utilizado de 5,40 BRL/USD.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia em vigor em 31 de março de 2021:

R\$ milhares	Vencimento Taxa média anual efetivillhares final Indexador de juros (1)				Consolidado			
Modalidade	-		Em 31 de março de					
	-		2021	2020	2019	2021	2020	2019
Classificação das dívidas por moeda: Denominadas em Reais Denominadas em Dólares norte-am	nericanos (US\$)					754.407 6.830.787	748.712 7.712.461	738.700 4.352.588
						7.585.194	8.461.173	5.091.288
Modalidade das dívidas (2):								
BNDES	Dezembro/21	URTJLP	4,4%	6,8%	9,0%	63	964	4.167
BNDES	Dezembro/20	Pré-fixado	-	6,0%	6,0%	-	75	174
BNDES	Julho/21	UMBND	4,9%	6,5%	6,4%	209	1.145	1.649
CRA	Dezembro/23	CDI	2,6%	3,5%	6,2%	504.211	507.294	509.942
CRA	Dezembro/24	IPCA	9,8%	7,8%	8,8%	249.924	239.235	222.768
PPE ("Pré-pagamento à Exportação")	Outubro/25	Dólar (US\$) + Libor	1,9%	3,0%	3,9%	6.830.787	7.712.460	4.352.588
						7.585.194	8.461.173	5.091.288
Despesas com colocação de títulos:								
BNDES						(27)	(94)	(176)
						(27)	(94)	(176)
						7.585.167	8.461.079	5.091.112
Circulante						(441.435)	(1.736.408)	(416.565)
Não circulante						7.143.732	6.724.671	4.674.547

Em 31 de março de 2021, as parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas das amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Consolidado

 Em R\$ milhares	
13 a 24 meses	1.989.161
25 a 36 meses	1.642.146
37 a 48 meses	2.682.938
49 a 60 meses	829.487

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Administração esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. A Companhia ainda possui um contingente de endividamento que está assegurado com ativos reais, principalmente no que diz respeito ao endividamento com o BNDES.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Companhia e suas controladas não estão sujeitas ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeitos apenas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como "cross-default" e "negative pledge".

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2021, a Companhia assinou um contrato de PPE com um sindicato de bancos, cujo limite da linha crédito é de US\$ 380.000 mil, com data limite para saque em 30 de setembro de 2021. Em 7 de Julho de 2021, a Companhia sacou a totalidade (US\$ 380.000 mil) do limite disponível desse contrato.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Social encerrado em 31 de Março de 2021 comparado ao Exercício Social encerrado em 31 de Março de 2020

	Exercício social encerrado em 31 de março de				
Em milhares de R\$, exceto %	2021	AV	2020	AV	AH
Receita operacional líquida					
Custos dos produtos vendidos e dos	89.415.311	100%	100.941.193	100%	-11%
serviços prestados	-85.083.966	-95%	-96.101.622	-95%	-11%
Lucro bruto	4.331.345	5%	4.839.571	5%	-11%
Receitas (despesas) operacionais Com					
vendas	-2.172.294	-2%	-2.252.046	-2%	-4%
Gerais e administrativas	-645.098	-1%	-612.683	-1%	5%
Outras receitas operacionais, líquidas	369.587	0%	1.813.776	2%	-80%
Resultado da equivalência patrimonial	-9.778	-0%	5.416	0%	-281%
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	-2.457.583	-3%	-1.045.537	-1%	135%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto					
sobre a renda e da contribuição social	1.873.762	2%	3.794.034	4%	-51%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	-393.597	-0%	-838.930	-1%	-53%
Receitas financeiras	309.155	0%	311.438	0%	-1%
Variações cambiais, líquidas	-1.202.630	-1%	-3.411.144	-3%	-65%
Efeito líquido dos derivativos	918.637	1%	3.236.076	3%	-72%
·	-368.435	-0%	-702.560	-1%	-48%
Lucro antes do imposto sobre a renda e da	000.100	0,0		.,,	
contribuição social	1.505.327	2%	3.091.474	3%	-51%
Imposto sobre a renda e contribuição social					
Corrente	-735.434	-1%	-1.080.555	-1%	-32%
Diferido	269.451	0%	89.965	0%	200%
	-465.983	-1%	-990.590	-1%	-53%
-					
Lucro líquido do exercício	1.039.344	1%	2.100.884	2%	-51%
Atribuível a:					
Acionistas controladores	996.486	1%	2.056.092	2%	-52%
Acionistas não controladores	42.858	0%	44.792	0%	-4%
Lucro líquido do exercício	1.039.344	1%	2.100.884	2%	-51%
_					_

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 89.415 milhões comparativamente a R\$ 100.941 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 11.526 milhões ou 11,4%. Esta redução é atribuída substancialmente a impactos relacionados com restrição de circulação da Covid-19 levando à redução de 12% e 18% nos volumes de vendas de combustíveis do Ciclo Otto (a soma de etanol e gasolina) no Brasil e na Argentina, respectivamente, e à redução de 73% e 77% nos volumes de vendas de combustíveis Jet A-1 no Brasil e na Argentina, respectivamente, em decorrência da crise do Covid-19.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 85.084 milhões comparativamente a R\$ 96.102 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 11.018 milhões ou 11%. Esta redução é atribuída substancialmente à redução de 12% e 18% nos volumes de vendas de combustíveis do Ciclo Otto no Brasil e na Argentina, respectivamente, e à redução de 73% e 77% nos volumes de vendas de combustíveis Jet A-1 no Brasil e na Argentina, respectivamente, em decorrência da crise do Covid-19.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 4.331 milhões comparativamente a R\$ 4.840 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 508 milhões ou 10,5%. Esta redução é atribuída substancialmente à diminuição nos volumes de venda de combustíveis do Ciclo Otto e Jet A-1 no Brasil e na Argentina. Lucro bruto representou 4,8% e 4,8% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 representou uma despesa de R\$ 2.458 milhões enquanto que no mesmo período de 2020, representou uma despesa de R\$ 1.046 milhões, o que representou uma variação de R\$ 1.412 milhões ou 135,1%. Despesas operacionais representaram 2,7% e 2,2% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Houve um aumento de R\$ 1 bilhão em Outras Receitas Operacionais, líquidas em 2020 relacionado à formação da Joint Venture da Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A e a venda da participação societária na subsidiária Raízen Conveniências S.A. para a Femsa Comércio S.A.

O ganho acima foi compensado pelo aumentos nas despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foram de R\$ 645 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 613 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 32 milhões ou 5,3%. Este aumento é atribuído substancialmente à inflação ocorrida no exercício. Despesas gerais e administrativas representaram 0,7% e 0,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi uma despesa de R\$ 368 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 703 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 334 milhões ou 47,6%. Essa redução é atribuída substancialmente à redução da taxa de juros no período e ao efeito da variação cambial sobre saldos não designados como hedge accounting. Resultado financeiro líquido representou 0,4% e 0,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 1.505 milhões comparativamente a R\$ 3.091 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 1.586 milhões ou 51,3%. Esta redução é atribuída substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 1,7% e 3,1% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi uma despesa de R\$ 466 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 991 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 525 milhões ou 53%. Imposto de renda e contribuição social representou 0,5% e 1,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à diminuição do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, conforme descrito nos itens anteriores.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 1.039 milhões comparativamente a R\$ 2.101 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$ 1.062 milhões ou 51%. Esta redução é atribuída substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. Lucro líquido do exercício representou 1,2% e 2,1% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Exercício Social encerrado em 31 de Março de 2020 comparado ao Exercício Social encerrado em 31 de Março de 2019

	Em 31 de março de				
	2020	AV	2019	AV	AH
Receita operacional líquida	100.941.193	100%	88.950.602	100%	13%
Custos dos produtos vendidos e dos					
serviços prestados	-96.101.622	-95%	-84.801.549	-95%	13%
Lucro bruto	4.839.571	5%	4.149.053	5%	17%
Receitas (despesas) operacionais Com vendas	-2.252.046	-2%	-1.678.676	-2%	34%
Gerais e administrativas	-612.683	-1%	-558.556	-1%	10%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.813.776	2%	705.830	1%	157%
Resultado da equivalência patrimonial	5.416	0%	0	0%	n.a.
	-1.045.537	-1%	-1.531.402	-2%	-32%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto					
sobre a renda e da contribuição social	3.794.034	4%	2.617.651	3%	45%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	-838.930	-1%	-664.686	-1%	26%
Receitas financeiras	311.438	0%	230.577	0%	35%
Variações cambiais, líquidas	-3.411.144	-3%	-710.671	-1%	380%
Efeito líquido dos derivativos	3.236.076	3%	743.415	1%	335%
	-702.560	-1%	-401.365	-0%	75%
Lucro antes do imposto sobre a renda e da					
contribuição social	3.091.474	3%	2.216.286	2%	39%
Imposto sobre a renda e contribuição social					
Corrente	-1.080.555	-1%	-401.361	-0%	169%
Diferido	89.965	0%	-106.904	-0%	-184%
_	-990.590	-1%	-508.265	-1%	95%
Lucro líquido do exercício	2.100.884	2%	1.708.021	2%	23%
Atribuível a:	2.100.004	270	1.700.021	270	2370
Acionistas controladores	2.056.092	2%	1.654.266	2%	24%
Acionistas não controladores	44.792	0%	53.755	0%	-17%
, totalista ina controladoros	74.702	370	00.700	370	1.70
Lucro líquido do exercício	2.100.884	2%	1.708.021	2%	23%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 100.941 milhões comparativamente a R\$ 88.951 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 11.991 milhões ou 13,5%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, e ao aumento de 6% e 3% nas vendas de diesel e Ciclo Otto no Brasil, respectivamente.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ (96.102) milhões comparativamente a R\$ (84.802) milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 11.700 milhões ou 13%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, e ao aumento de 6% e 3% nas vendas de diesel e Ciclo Otto no Brasil, respectivamente.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 4.840 milhões comparativamente a R\$ 4.149 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 691 milhões ou 16,64%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de 4% no volume de vendas nas operações de distribuição de combustíveis no Brasil. Lucro bruto representou 4,8% e 4,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi uma despesa de R\$ 2.252 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 1.679 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 573 milhões ou 34,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, no aumento das vendas de combustíveis na operação de distribuição de combustíveis no Brasil e pela inflação ocorrida no exercício. Despesas operacionais representou 2,2% e 1,9% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 613 milhões comparativamente a R\$ 559 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 54 milhões ou 9,7%. Este aumento é atribuído substancialmente ao resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, e pela inflação ocorrida no período. Despesas gerais e administrativas representou 0,6% e 0,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi uma despesa de R\$703 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 401 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 301 milhões ou 75,0%. Este aumento é atribuído substancialmente à adoção da norma IFRS16 e aos efeitos da variação cambial sobre saldos não designados como hedge accounting. Resultado financeiro, líquido representou 0,7% e 0,45% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 3.091 milhões comparativamente a R\$ 2.216 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 875 milhões ou 39,5%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 3,1% e 2,5% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi uma despesa de R\$ 991 milhões comparativamente a uma despesa de R\$508 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 482 milhões ou 94,9%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, conforme descrito nos itens anteriores. Imposto de renda e contribuição social representou 1,0% e 0,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de R\$ 2.101 milhões comparativamente a R\$ 1.708 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 393 milhões ou 23,00%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores já explicados nos itens acima. Lucro líquido do exercício representou 2,08% e 1,92% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE MARÇO DE 2020

Em milhares de R\$	Cons	solidado
Ativo	Em 31 de março de 2021	Em 31 de março de 2020
Circulante	0.004.==0	
Caixa e equivalentes de caixa	2.604.779	2.167.058
Caixa restrito Instrumentos financeiros derivativos	146.888 592.165	30.884
Contas a receber de clientes	2.438.789	1.208.585 1.783.961
Estoques	4.403.077	4.125.088
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	265.956	583.191
Tributos a recuperar	2.177.355	1.881.363
Dividendos a receber	3.664	4.130
Partes relacionadas	1.095.381	898.192
Ativos de contratos com clientes	475.045	475.305
Outros créditos	235.170 14.438.269	237.347 13.395.104
	14.436.209	13.393.104
Não circulante		0.40.000
Contas a receber de clientes	372.565	346.996
Instrumentos financeiros derivativos Tributos a recuperar	2.788.965 950.411	2.513.295 664.224
Partes relacionadas	883.446	882.207
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	44.900	52.070
Imposto sobre a renda e contribuição		02.0.0
social diferidos	194.791	136.672
Depósitos judiciais	67.746	68.049
Ativos de contratos com clientes	2.255.452	2.091.860
Outros créditos	111.783	113.131
Investimentos	757.228	739.008
Imobilizado Intangível	6.669.643 1.345.218	6.322.518 1.145.267
Direito de uso	511.736	709.066
Total do ativo		
	16.953.884	15.784.363
Passivo Circulante	31.392.153	29.179.467
Fornecedores	6.657.980	4.116.180
Passivo de arrendamento	210.785	259.690
Empréstimos e financiamentos	441.435	1.736.408
Partes relacionadas	4.069.152	4.173.506
Instrumentos financeiros derivativos	174.546	202.222
Ordenados e salários a pagar Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	177.753 81.425	181.125 175.705
Tributos a pagar	353.370	279.073
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	199.926	73.026
Receitas antecipadas	6.599	41.159
Bonificações a pagar	68.167	65.755
Outras obrigações	469.684	677.054
	12.910.822	11.980.903
Não circulante	276.094	414.396
Passivo de arrendamento		
Empréstimos e financiamentos	7.143.732	6.724.671
Partes relacionadas	2.711.178	3.122.112
Tributos a pagar	6.209	7.108
Provisão para demandas judiciais	1.004.007	1.046.828
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	1.370.818	1.395.408
Receitas antecipadas Bonificações a pagar	200.527	46.860
Outras obrigações	200.527 158.924	134.419 153.208
Outras obrigações	12.871.489	13.045.010
Total do passivo	25.782.311	25.025.913
Patrimônio líquido		
Atribuído aos acionistas controladores Capital social	1.921.843	1.921.843
Reservas de capital	510.941	510.941
Ajustes de avaliação patrimonial	1.302.428	714.536
Reservas de lucros	1.591.115	747.210
	5.326.327	3.894.530
Participação dos acionistas não controladores	283.515	259.024
Total do patrimônio líquido	5.609.842 31.392.153	4.153.554 20.170.467
Total do passivo e patrimônio líquido	31.392.133	29.179.467

Ativo circulante

Em 31 de março de 2021, o ativo circulante era de R\$ 14.438 milhões em comparação com R\$ 13.395 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 46,0% em 31 de março de 2021, substancialmente em linha com o mesmo período do ano anterior de 45,9% em 31 de março de 2020.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 16.954 milhões em comparação com R\$ 15.784 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 54,0% em 31 de março de 2021, substancialmente em linha com o mesmo período do ano anterior de 54,1% em 31 de março de 2020.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2021, o passivo circulante era de R\$ 12.911 milhões, em comparação com R\$ 11.981 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 41,1% em 31 de março de 2021 e 47,9% em 31 de março de 2020. Este aumento em relação ao total do passivo, de R\$ 756 milhões ou 3,0% decorreu substancialmente do crescimento na linha de Fornecedores.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 12.872 milhões, em comparação com R\$ 13.045 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 41,0% em 31 de março de 2021 e 52,1% em 31 de março de 2020. Esta redução em relação ao total do passivo decorreu substancialmente da diminuição na linha de Partes Relacionadas.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 31 de março de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 5.610 milhões, em comparação com R\$ 4.154 milhões em 31 de março de 2020. Esta variação de R\$ 768 milhões, deuse substancialmente devido ao aumento nas linhas de Ajuste de Avaliação Patrimonial e de Reservas de Lucros, uma vez que o Grupo Raízen não distribuiu dividendos no período.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE MARÇO DE 2019

Em milhares de R\$	Consolidado			
	<u>2020</u>	Em 31 de maço de 2019		
Ativo	<u> 2020</u>	2013		
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.167.058	2.818.591		
Caixa restrito	30.884	140.750		
Instrumentos financeiros derivativos	1.208.585	156.118		
Contas a receber de clientes	1.783.961	2.386.340		
Estoques	4.125.088	3.290.088		
Imposto sobre a renda e contribuição				
social a recuperar	583.191	600.639		
Tributos a recuperar	1.881.363	1.609.693		
Dividendos a receber	4.130	-		
Partes relacionadas	898.192	720.754		
Ativos de contratos com clientes	475.305	429.718		
Outros créditos	237.347	146.797		
	13.395.104	12.299.488		
Não circulante				
Contas a receber de clientes	346.996	514.544		
Instrumentos financeiros derivativos	2.513.295	639.048		

Tributos a recuperar	664.224	384.709
Partes relacionadas	882.207	880.539
Imposto sobre a renda e contribuição	002.207	000.559
social a recuperar	52.070	27 560
social a recuperar	52.070	27.568
Imposto sobre a renda e contribuição		
social diferidos	120,070	444 000
D (11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	136.672	111.909
Depósitos judiciais	68.049	68.097
Ativos de contratos com clientes	2.091.860	2.000.061
Outros créditos	113.131	17.914
Investimentos	739.008	268
Imobilizado	6.322.518	5.488.194
Intangível	1.145.267	1.126.518
Direito de uso	<u>709.066</u>	_
Total do ativo		
Total do ativo	<u>15.784.363</u>	11.259.369
Deseive Circulante		<u>'</u>
Passivo Circulante	29.179.467	<u>23.558.857</u>
	4 440 400	0.000.400
Fornecedores	4.116.180	3.836.192
Passivo de arrendamento	259.690	
Empréstimos e financiamentos	1.736.408	416.565
Partes relacionadas	4.173.506	4.409.103
Instrumentos financeiros derivativos	202.222	79.186
Ordenados e salários a pagar	181.125	144.346
Imposto sobre a renda e		
contribuição social a pagar	175.705	76.927
Tributos a pagar	279.073	330.535
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	73.026	27.541
Receitas antecipadas	41.159	47.844
Bonificações a pagar	65.755	58.068
Outras obrigações	677.054	605.242
Oditas obligações	011.034	003.242
	11 000 003	10 031 F40
	<u>11.980.903 </u>	10.031.549
NI#in-ulauta		
Não circulante	444.000	
Passivo de arrendamento	414.396	
Empréstimos e financiamentos	6.724.671	4.674.547
Partes relacionadas	3.122.112	3.062.036
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.438
Tributos a pagar	7.108	11.187
Provisão para demandas judiciais	1.046.828	1.041.136
Imposto sobre a renda e contribuição	1.395.408	1.303.423
social diferidos		
Receitas antecipadas	46.860	88.019
·		
Bonificações a pagar	134.419	118.089
Outras obrigações	<u>153.208</u>	<u>155.081</u>
	<u>13.045.010</u>	<u> 10.462.956</u>
Total de nacciva		20.494.505
Total do passivo	<u>25.025.913</u>	20.737.000
Total do passivo	25.025.913	20.434.000
Patrimônio líquido	<u>25.025.913</u>	20.404.300
·	<u>25.025.913</u>	20.434.303
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas	<u>25.025.913</u> 1.921.843	1.921.843
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social	1.921.843	1.921.843
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital	1.921.843 510.941	1.921.843 519.666
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial	1.921.843 510.941 714.536	1.921.843 519.666 (136.311)
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital	1.921.843 510.941	1.921.843 519.666
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial	1.921.843 510.941 714.536 747.210	1.921.843 519.666 (136.311) 518.289
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial	1.921.843 510.941 714.536	1.921.843 519.666 (136.311)
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial Reservas de lucros	1.921.843 510.941 714.536 747.210	1.921.843 519.666 (136.311) 518.289 2.823.487
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial	1.921.843 510.941 714.536 747.210	1.921.843 519.666 (136.311) 518.289
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial Reservas de lucros Participação dos acionistas não controladores	1.921.843 510.941 714.536 747.210 3.894.530 259.024	1.921.843 519.666 (136.311) 518.289 2.823.487 240.865
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial Reservas de lucros	1.921.843 510.941 714.536 747.210	1.921.843 519.666 (136.311) 518.289 2.823.487
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial Reservas de lucros Participação dos acionistas não controladores Total do patrimônio líquido	1.921.843 510.941 714.536 747.210 3.894.530 259.024 4.153.554	1.921.843 519.666 (136.311) 518.289 2.823.487 240.865 3.064.352
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores Capital social Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial Reservas de lucros Participação dos acionistas não controladores	1.921.843 510.941 714.536 747.210 3.894.530 259.024	1.921.843 519.666 (136.311) 518.289 2.823.487 240.865

Ativo circulante

Em 31 de março de 2020, o ativo circulante era de R\$ 13.395 milhões, em comparação com R\$ 12.299 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 45,9% em 31 de março de 2020 e 52,2% em 31 de março de 2019. Essa redução em relação ao total do ativo decorreu substancialmente devido à redução da posição de Caixa e caixa equivalentes, bem como do montante em Contas a receber.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 15.784 milhões, em comparação com R\$11.259 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 54,1% em 31 de março de 2020 e 47,80% em 31 de março de 2019. Este aumento em relação ao total do ativo, de R\$ 4.525 milhões ou 6,3%, decorreu devido substancialmente ao aumento na linha de instrumentos financeiros derivativos.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2020, o passivo circulante era de R\$ 11.981 milhões, em comparação com R\$ 10.032 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 47,9% em 31 de março de 2020 e 49,0% em 31 de março de 2019. Esta redução em relação ao total do passivo, de 1,08% está substancialmente em linha com o mesmo período do ano anterior.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 13.045 milhões, em comparação com R\$ 10.463 milhões em 31 de março de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 52,1% em 31 de março de 2020 e 51,1% em 31 de março de 2019. Este aumento em relação ao total do passivo, de R\$ 2.582 milhões ou 1,1%, está substancialmente em linha com o mesmo período do ano anterior.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 4.154 milhões, em comparação com R\$ 3.064 milhões em 31 de março de 2019. Esta variação de R\$ 1.089 milhões, deu-se substancialmente devido ao aumento do lucro líquido no exercício.

Demonstrativo de Fluxo de caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

Exercícios sociais encerrados em				
(em R\$ milhares)	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.732.248	3.448.961	3.750.139	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(381.469)	(2.241.753)	(1.771.764)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(2.010.692)	(2.104.999)	(612.852)	
(Decréscimo) acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	340.087	(897.791)	1.365.523	

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 2.732 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2021, comparado a R\$ 3.449 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução de R\$ 717 milhões, é justificada pela redução do resultado operacional impactos da pandemia do Covid-19 e redução de contas a receber de clientes em 2020.

Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 382 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2021, comparado a uma utilização de R\$ 2.242 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020. Esse menor consumo de caixa de R\$ 1.860 milhões, é justificado pela redução de pagamentos para aquisições de negócios e adições ao investimento, por conta da parcela de compra da operação da Argentina em 2020.

Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 2.011 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2021, comparado a uma utilização de R\$ 2.105 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020. A movimentação das atividades de financiamento ficou em linha na comparação entre períodos, com a utilização de caixa R\$ 94 milhões menor, é justificado por redução de pagamentos de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos, parcialmente compensada por redução de captações de empréstimos e financiamentos de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIALENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2019

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$ 3.449 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020, comparado a R\$ 3.750 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2019. Essa redução de R\$ 301 milhões é justificada principalmente, por redução de estoques, aumento de depreciação e amortizações (impacto da aquisição da Shell Argentina), parcialmente compensada por maior geração de caixa pela cobrança de clientes pela redução do prazo médio de cobrança.

Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 2.242 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020, comparado a uma utilização de R\$ 1.772 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2019. Esta maior utilização de caixa de R\$ 470 milhões é justificado por maiores pagamentos para aquisições de negócios (Shell Argentina) e adições ao investimento.

Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 2.105 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020, comparado a uma utilização de R\$ 613 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2019. Esta maior utilização de caixa de R\$ 1.492 milhões é caracterizado pelo pagamento de PPEs (Pré pagamento de Exportações) intragrupo e maior pagamento de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos.

10.9.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes do Resultado Operacional

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.9.1(h) do Formulário de Referência.

O item 10.2, 7.1, 7.2, 4.1 e 4.2 deste Formulário apresentam avaliações de risco do Grupo Raízen e da Companhia. Esta seção traz uma visão de pontos que aplicam exclusivamente para Companhia e que não estão disponíveis nos items supracitados.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

Receita Operacional Líquida

A Companhia apresenta a receita operacional líquida após a dedução dos impostos federais e estaduais brasileiros incidentes sobre as vendas brutas (ICMS, PIS, COFINS), IPI (imposto federal sobre valor agregado incidente sobre as vendas brutas da Companhia no mercado brasileiro a taxas que variam por produto), além de impostos sobre a venda de produtos na Argentina. O detalhamento por produto da receita operacional líquida é como segue:

Consolidado
Exercício social encerrado em 31 de março de

Em milhares de R\$	2021	2020	2019
Diesel	45.267.842	45.458.511	39.664.574
Gasolina	32.597.868	36.359.120	32.994.331
Etanol	7.432.107	9.099.499	7.875.816
Jet A-1	1.516.175	6.662.242	6.406.858
Óleo Combustível	1.190.271	1.673.841	1.029.866
Lubrificantes	540.076	445.010	215.300
Outros	870.972	1.242.970	763.857
Total de Receita Operacional Líquida	89.415.311	100.941.193	88.950.602

Estrutura de custos e despesas por natureza

A estrutura de custos e despesas por natureza pode ser dividida em: custos que estão ligados aos preços de produtos da Companhia e custos que não estão ligados aos preços desses produtos.

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por natureza. A reconciliação do resultado da Companhia por natureza para os exercícios encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 está detalhada como segue:

	Consolidado		
	Exercício social encerrado em 31 de março de		
Em milhares de R\$	2021	2020	2019
Combustíveis para revendas e custos de coletas e transferências	(84.457.864)	(95.613.985)	(84.671.252)
Despesas com pessoal	(803.298)	(731.622)	(611.079)
Depreciação e amortização	(987.575)	(823.748)	(343.777)
Fretes	(541.895)	(567.154)	(429.700)
Despesas de logística	(325.994)	(350.348)	(302.857)
Despesas comerciais	(254.185)	(323.644)	(187.953)
Mão-de-obra contratada	(212.470)	(209.575)	(174.641)
Outros	(318.077)	(346.275)	(317.522)
Total dos custos e despesas por natureza	(87.901.358)	(98.966.351)	(87.038.781)

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Observar item 10.2.a.ii.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na receita operacional líquida dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 são explicadas principalmente pelo (i) crescimento de 2020 versus 2019 como substancialmente resultado da aquisição das operações de refino, distribuição e revenda de combustíveis na Argentina, que se tornaram efetivas em 01 de outubro de 2018, e ao aumento nos preços de diesel e gasolina no Brasil e (ii) redução em 2021 versus 2020 pelos impactos da Covid na circulação de pessoas no Brasil e Argentina, impactando principalmente Ciclo Otto (Gasolina + Etanol) e Jet-A1 (Combustível para Aviação) pela restrição de voos domésticos e internacionais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de compra de combustíveis para revenda das operações da Companhia. No entanto, a Companhia acredita na sua capacidade de adequação rápida de mudanças no cenário de preços destas commodities (derivados de petróleo como Gasolina, Diesel e Jet-A1 e o etanol) a fim de preservar as margens.

Uma proporção significativa da dívida da Companhia está atrelada à cotação do dólar estadunidense. Logo, a depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumenta a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia tem política ativa de hedge que, conjuntamente com contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, compensaria significativamente o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia.

A inflação pode afetar o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas ao dólar estadunidense). Essas despesas operacionais incluem principalmente custos trabalhistas e despesas administrativas gerais e de venda. Não obstante, os impactos da inflação nos resultados da companhia ficaram em linha com os índices oficiais.

De um modo geral, a variação de preço dos principais insumos e produtos comercializados e distribuídos pela Companhia é repassado aos seus consumidores finais, impactando a receita da Companhia.

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, 2020 e 2019 são o CDI e IGP-M.

10.9.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor - Consolidado

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

Abaixo listamos mudanças nas práticas contábeis, por alterações dos pronunciamentos técnicos vigentes no país e aplicáveis a Companhia:

IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) introduz um modeloúnico de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendamentos entre semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva, no caso da Companhia, em 1º de abril de 2019.

À luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas, locação de maquinários e implementos agrícolas, aluguéis de imóveis e caminhões. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, pois a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento.

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas em Relação a Tratamentos Tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 Income Taxes) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável, nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2019 e não foi identificado impactos relativos pela referida interpretação, já que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para o ano anterior não foi reapresentada.

Adicionalmente, os seguintes principais expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos: (a) aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a todos os contratos celebrados antes de 1º de abril de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com CPC 06 (IAS 17) e interpretações relacionadas; (b) utilização de taxa de desconto nominal única para todos os contratos semelhantes; (c) não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma; (d) foi considerada a experiência passada na avaliação das opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável. Conforme previsto na norma, a Companhia também não aplicou a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para contratos com prazo de vigência indeterminado.

O quadro abaixo sumariza os impactos iniciais da aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2):

Balanços patrimoniais em 31 de março e 1º de abril de 2019:

	Consolidado				
	Divulgado em	Ajuste pela adoção inicial da IFRS 16	Divulgado em	Ajuste pela adoção inicial da IFRS 16	Saldo em
	31.03.2019	(CPC 06 (R2))	31.03.2019	(CPC 06 (R2))	01.04.2019
Ativo					
Circulant					
e	35.301	(466)	146.797	(6.454)	140.393
Outros créditos	0.070.500		40.450.004		40.450.004
Demais ativos	6.873.569	(400)	12.152.691		12.152.691
Total do ativo circulante	6.908.870	(466)	12.299.488	(6.454)	12.293.034
Não circulante		004.004		500 777	500 777
Direito de	-	234.821	-	529.777	529.777
USO	44 OFF OFF		44.050.060		44.050.060
Demais ativos	11.255.055		11.259.369		11.259.369
Total do ativo não circulante	11.255.055	234.821	11.259.369	529.777	<u>11.789.146</u>
Total do ativo	18.163.925	234.355	23.558.857	523.323	24.082.180
Passivo Circulante	_	35.692	_	60.896	60.896
Passivo de arrendamento				00.000	
Partes relacionadas	2.949.799	16.278	4.409.103	-	4.409.103
Demais passivos	2.999.570		5.622.446		5.622.446
Total do passivo circulante	5.949.369	51.970	10.031.549	60.896	10.092.445
Não circulante					
Passivo de arrendamento	- .	86.251		462.427	462.427
Partes relacionadas	3.062.031	96.134		-	3.062.036
Demais passivos	6.329.038	-	7.400.920) -	7.400.920
Total do passivo não circulante	9.391.069	182.385	10.462.956	462.427	10.925.383
Patrimônio líquido	2.823.487	-	3.064.352		3.064.352
				-	
Total do passivo e patrimônio líquido	18.163.925	234.355	23.558.857	523.323	24.0180

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia do exercício encerrado em 31 de março de 2021 foi emitido sem ressalvas nem ênfases em 29 de maio de 2021.

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019 foram originalmente emitidos em 5 de junho de 2020 e 17 de maio de 2019, respectivamente, sem ressalvas nem ênfases. Entretanto, tais demonstrações financeiras foram reemitidas para atender os requerimentos adicionais de apresentação e divulgação em decorrência do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários (demonstrações utilizadas única e exclusivamente para este fim).

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2020, originalmente emitidas em 5 de junho de 2020, foram reemitidas para atender requerimentos adicionais de apresentação e divulgação em decorrência do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários. A reemissão ocasionou a reapresentação das seguintes notas explicativas e quadros para os exercícios encerrados em 31 de março de 2020 e 2019, quando aplicável:

- Demonstrações do valor adicionado DVA (Pronunciamento técnico CPC 09);
- Informações por segmento (Pronunciamento técnico CPC 22 / IFR 8); e
- Divulgações sobre aspectos relevantes do CPC 06(R2) / IFR 16 Arrendamentos.

Neste sentido, as demonstrações dos exercícios encerrados em 31 de março de 2020 acima mencionadas e as de 2019 anteriormente emitidas em 17 de maio de 2019, respectivamente, também foram reemitidas no relatório dos auditores independentes datado de 12 de março de 2021, em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de março de 2020 para fins comparativos em atendimento ao já especificado acima.